

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
PUC- SP

John Kennedy Ferreira

**A questão indígena-camponesa e a luta pelo socialismo:  
apontamentos sobre a contribuição de José Carlos Mariátegui**

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

SÃO PAULO  
2008

Banca Examinadora

---

---

---

Para Rosangela

## **Agradecimentos**

Agradeço a muitos pela realização desse trabalho: minha mãe Elza,. Às minhas irmãs, Bernadete, Tirsa, Rita e Cristiane e a meu irmão Eurico.

A meu pai, meu padrasto e meu avô: Eurico, Paulo e Oliveira. (*in memoriam*)

Aos amigos e companheiros que deram uma baita força nesse trabalho, ajudando com dicas, revisões, leituras ou apoio: Tina Galvão, Yara Andrade, Eliza Pupim, Renata Gonçalves, Ruy Braga, Rodrigo Nobile, Lincoln Secco, Julia Gomes, Valéria Velosa, Marcelo Buzetto, Claudilene Pereira de Souza Luiz Antonio Gabriel, Ronald Rocha, Jefte Pinheiro e Paulinha Nabuco .

Aos professores e interlocutores pelas conversas, dicas, estímulo e aprendizado: Antonio Carlos Mazzeo, Marcos Del Roio, Enrique Amayo, Luiz Bernardo Pericás, Felix Sanches, Emir Sader, Luiz Wanderley Eduardo, Maria Celeste, Vera Chaia, José Paulo Neto e Carmem Junqueira.

Ao Lúcio: professor e mestre!

Ao Rafael, meu enteado.

Ao Pedro Livio, meu filho.

À minha namorada querida, Rosangela, fonte de compreensão, desabafo, paciência, amor e força.

## RESUMO

No presente estudo, examinamos algumas contribuições do marxista José Carlos Mariátegui a respeito da construção da aliança operário-camponesa formulada pela III Internacional Comunista em relação ao Peru e demais países da América Latina.

O esforço de Mariátegui envolve debates realizados no início dos anos 20 com setores nacionalistas e comunistas, lideranças sindicais e indígenas, sobre temas como socialismo, antiimperialismo, aliança operário-camponesa e revolução.

Partimos da análise de seu principal trabalho, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, com vistas a demonstrar a presença fundamental da questão indígena-camponesa no centro de sua luta teórica e prática pelo socialismo.

Palavras-chave: socialismo, indígenas, camponeses, Mariátegui, antiimperialismo, revolução.

## **ABSTRACT**

In the present study we examine some contributions of the Marxist José Carlos Mariátegui concerning the construction of the worker-peasant alliance formulated by III International Communist as regards to Peru and the others countries of Latin America.

Mariátegui's effort involves debates made at the beginning of the twenties with nationalist and communist sectors, union and indigenous leaderships concerning themes as socialism, antiimperialism, worker – peasant and revolution.

We start from the analysis of his main work, *Seven Interpretive Essays on Peruvian Reality*, in view to demonstrate the fundamental presence of indigenous-peasant question in the center of his theoretical and practical struggle for socialism.

Key words: socialism, indigenous, peasants, Mariátegui, antiimperialism, revolution.

## **ÍNDICE**

<b>Introdução</b>	p.08
<b>Capítulo I</b>	p.11
A sala de recepção brasileira a José Carlos Mariátegui	
a) a atualidade e influência de José Carlos Mariátegui	p.11
b) a apresentação de José Carlos Mariátegui por Florestan Fernandes	p.12
c) a abordagem de Michael Löwy	p.18
d) a abordagem de Leila Escorsim	p.21
<b>Capítulo II</b>	p.25
Do contexto histórico da formação política de Mariátegui ao Partido Socialista do Peru	
a) a origem, o autodidata, primeiras influências e a idade da pedra	p.25
b) Os primeiros passos no cenário político	p.28
c) os dois casamentos e algumas influências na formação política de Mariátegui	p.32
d) a descoberta do Peru e a idade da Revolução	p.38
e) Haya de La Torre	p.40
f) Mariátegui	p.44
g) A formação do Partido Socialista Peruano	p.47
<b>Capítulo III</b>	p.49
A III Internacional, a aliança operário-camponesa e o pensamento de José Carlos Mariátegui	
a) I congresso, os primeiros sinais do debate	p.49
b) os congressos e a questão colonial e o debate camponês	p.50
c) mudança de abordagem, V e VI Congresso	p.53
d) os sete ensaios e a questão nacional e agrária	p.56
e) abordagem sobre a aliança operária camponesa em Mariátegui.	p.74
<b>Capítulo IV</b>	p.78
A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e a recepção à questão Indígena formulada por José Carlos Mariátegui.	
<b>Considerações finais</b>	p.85
<b>Bibliografia</b>	p.88

## Introdução

O debate sobre o papel desempenhado pelos camponeses nos processos revolucionários em países atrasados coloniais e semicoloniais inicia-se ainda com Marx e Engels em sua correspondência com intelectuais e ativistas da esquerda russa; neste debate aflora a possibilidade de realização da transição de formações não capitalistas para o socialismo.

Com a Revolução Russa e a construção da Internacional Comunista, esse debate sobre o campesinato volta à tona nos II, IV e VI congressos. Mas naquele momento, as discussões se voltavam para a China, Índia e Indochina. O conhecimento da América Latina era muito limitado, a IC intuía que o subcontinente percorria o mesmo caminho histórico das sociedades orientais. Tal certeza foi reforçada pelo impacto da Revolução Chinesa, com forte participação do campesinato, com um incipiente proletariado, com setores de classes médias urbanas e frações da burguesia, marcadas por uma aliança de classe antiimperialista que levou a III Internacional a crer que, por semelhança, a América Latina estava amadurecida para desenvolver o *bloco das quatro classes*. Dessa forma, buscou romper o isolamento dos jovens Partidos Comunistas (PCs), constituindo uma política de alianças com frações mal acomodadas das burguesias nacionais.

As linhas gerais dessa política consideravam que os países da América Latina não haviam promovido a Revolução Burguesa sendo atrasados, semicoloniais e semifeudais.

José Carlos Mariátegui foi pioneiro em desenvolver uma interpretação crítica e original sobre a revolução na América Latina. Partindo da realidade de seu país, constituiu uma obra, *Os Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, onde aliou em seus estudos geografia, demografia, sociologia, antropologia, economia e história, buscando demonstrar que a conquista do Peru e da América Latina desenvolveu uma economia voltada para o mercado mundial, que perpassou etapas diferentes, todas relacionadas com o avanço civilizatório do capitalismo, com a independência política, os móveis

embrionários capitalistas puderam desenvolver-se com relativa liberdade, mas desde sempre condicionados ao imperialismo.

A seu ver, a tradução do liberalismo para a América Latina e a sua promessa de modernidade e integração alcançou resultados híbridos, com inconclusões que marcam os fatos econômicos, históricos e sociais. Estes assuntos são tratados nos seus três primeiros ensaios, como também as estruturas criadoras, dinamizadoras e ordenadoras da sociedade, materializadas em debates ideológicos e culturais envolvendo a educação, a literatura e a religião, centradas de maneira mais localizada e temporal, apresentadas nos quatro últimos ensaios da coletânea mencionada.

Mariátegui observa, assim, que o modelo de revolução burguesa clássica, acontecida na Inglaterra e na França, não explica o processo revolucionário peruano e latino americano, que se deu por cima, sem tocar na estrutura colonial e sem envolver as camadas indígena e popular. Daí a existência de uma peculiaridade nacional e regional que envolve três economias diferentes, dividindo o país em três espaços e tempos sociais distintos.

O desenvolvimento do capitalismo, a partir das últimas décadas do século XIX, ocorreu com o aparecimento da indústria moderna movimentada pelas relações comerciais e também pela presença do emigrante, que proporcionou a mudança de mentalidade e de racionalidade.

Nestas condições, este desenvolvimento teve uma característica particular, o de ser de raça branca europeizada, enquanto o proletariado (urbano e rural) terá como característica especial e determinante ser essencialmente formado por mestiços, negros e indígenas. Dessa forma, o papel modernizador reivindicado pela burguesia branca se mostrou incapaz de alcançar, dinamizar e integrar o país. As classes subalternas e os indígenas, principal etnia do Peru e de vários países latino-americanos, eram submetidos a permanentes perseguições, entregues à servidão. E mesmo assim demonstravam a manutenção de lastros culturais sólidos com o comunismo indígena.

Mariátegui conclui que só é possível alcançar a plena modernização e desenvolver a economia e a cultura por meio do resgate e incorporação de elementos nacionais, das práticas coletivistas do socialismo indígena, da ação do movimento operário, casando-os com a moderna ciência e o pensamento europeu.

Dessa maneira, seu enfoque estabelece uma nova abordagem ao pensamento social e político, já que naturaliza o marxista enquanto uma escola explicativa e política no interior da realidade nativa, buscando constituir vida e sotaque na atividade militante e na luta indo-camponesa. Cabendo mencionar que, até aquele momento, outros intelectuais e grupos de operários tinham se proposto ao marxismo, mas até a obra *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, não se pode dizer que o marxismo constituía uma escola latino-americana.

A atualidade do pensamento dentro das ciências sociais, José Carlos Mariátegui pode ser visto em movimentos políticos como a Revolução Cubana, nas lutas guerrilheiras implementadas no Peru, nos atuais movimentos de Sem Terra, na ação dos indo-camponeses e mineiros no Equador e Bolívia. Além de ser parte do componente intelectual na forte mobilização política existente hoje na Venezuela. Deste modo, o enfoque do presente estudo é observar a abordagem da questão indígena e camponesa na luta pelo socialismo nos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*.

## Capítulo I

### A sala de recepção brasileira a José Carlos Mariátegui

#### a) a atualidade e influência de José Carlos Mariátegui

A obra de José Carlos Mariátegui tem gerado diversas interpretações e suscitado amplos debates, tanto dentro do pensamento político peruano como latino-americano. Há diversos partidos de esquerda, como a APRA, o Partido Unificado Mariateguista, o Partido Comunista do Peru, que reivindicam sua influência. Em vários países existem publicações de obras e artigos de Mariátegui, como no Partido Socialista Chileno, Frente Ampla do Uruguai, Frente Sandinista da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Movimento ao Socialismo na Bolívia e, em passado recente, grupos guerrilheiros creditaram influência de seu pensamento. Segundo Enrique Amayo (2005), Ernesto Che Guevara foi muito influenciado por suas idéias quando esteve no Peru. Pode-se igualmente lembrar que diversos movimentos indígenas, sociais, populares, centrais sindicais, movimentos por terra, estudantis e educacionais e movimentos antiimperialistas no subcontinente tem referencial na obra de José Carlos Mariátegui. Também há trabalhos acadêmicos em diversas universidades da América Latina e no mundo, sobre a interpretação de sua obra, de renomados intelectuais como Antonio Melis, Ricardo Melger Bao, Aníbal Quijano, Michael Löwy, Alfredo Bosi, José Aricó, Alberto Flores Galindo.

No cenário brasileiro, desde a década de 70, tem início uma recepção ao pensamento de José Carlos Mariátegui com a publicação dos *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, em 1975, e de artigos em coletânea, como as organizadas por Anna Maria M. Corrêa e Manoel Belotto (1980), Enrique Amayo e José Antonio Segatto (2004), Michael Löwy (2006) e Luis Bernardo Pericás, em 2005 e 2007. Todos esses trabalhos vêm valorizando e divulgando sua obra. Nestes últimos 30 anos, também ocorre uma redescoberta de seu trabalho, constando na bibliografia de professores e cursos universitários, em publicações de partidos políticos como PT, PCdoB, PSOL e PSTU, em movimentos sociais

como o Movimento Sem Terra, que colocou o trabalho de José Carlos Mariátegui como componente curricular de dois cursos e realizou uma palestra no "Curso de Teoria Política Latino-americana", com o professor peruano Aníbal Quijano, sobre a sua atualidade. Publicando o livro *Mariátegui – Vida e Obra* de Leila Escorsim, pela Editora A Expressão Popular <sup>1</sup>.

Algumas interpretações da obra de José Carlos Mariátegui vêm se destacando no Brasil, entre elas, a que parte do pressuposto de que o autor dos *Sete ensaios* estaria em desacordo com as resoluções que se processavam na Internacional Comunista (IC), com seu afastamento da direção do Partido Socialista Peruano e com a mudança de nome do PSP para Partido Comunista do Peru. Essas situações apontavam para a sua ruptura com a Internacional (Alimonda, Löwy, Amayo, Callil) e outra, que não encontra indícios dessas contradições (Escorsim).

Independente das idéias e dos debates que sua obra continua suscitando, cabe registrar que sua contribuição no campo de conhecimento das ciências sociais é viva e atual e que, possivelmente, ao longo dos anos, com o aprofundamento das experiências políticas em países como a Bolívia, Equador e Venezuela e conforme o avanço das experiências de movimentos indígenas, como a Via Campesina, MST e de movimentos sindicais, as indagações e idéias apresentadas pela obra de José Carlos Mariátegui continuarão presentes e abrirão espaço para que sejam feitas novas indagações e debates.

## **b) a apresentação de José Carlos Mariátegui por Florestan Fernandes**

O primeiro intelectual de relevo a colocar acento na importância da obra de José Carlos Mariátegui foi Florestan Fernandes. Em Florestan, pode-se

---

<sup>1</sup> As informações foram dadas pelos professores da Escola Nacional Florestan Fernandes, prof. Doutor Marcelo Buzetto e prof<sup>a</sup> Mestra, Claudilene Pereira de Souza, Nome do : "Curso de Teoria Política Latino-americana" que ocorreu no segundo semestre do ano passado, realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes. E contou com a participação de 100 educandos e educandas do MST, da Via Campesina Brasil e Internacional e de movimentos sociais e populares urbanos.

encontrar Mariátegui como parte da bibliografia de sua principal obra, *A Revolução Brasileira no Brasil*. Também o cita em outros livros e há como escreve o professor Guilherme Motta<sup>2</sup>, quem já fez comparação entre a obra dos dois autores.

Foi de sua iniciativa a primeira obra publicada na íntegra no Brasil, em 1975, os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* e contou com o prefácio de Florestan Fernandes. Nesse prefácio, faz uma apresentação em que destaca o fato de Mariátegui ter realizado a sua formação autodidata e de ter vivido de seu ofício de jornalista, escrito de maneira “não intencional”, espontaneamente vinculado à sua própria confrontação com a vida, a história e a política” (Fernandes apud Mariátegui, 1975: p. XV). Ao mesmo tempo, identificando-o como “irmão mais velho”, salienta que a

Única diferença (...) entre a sua posição e a nossa consiste em que o estilo de pensamento crítico e militante penetrou e se instalou nas universidades, lutando dentro delas pelo direito à existência e travando sua batalha seja para libertar a ‘técnica professoral’ de esterilidade, seja para saturar o ‘espírito universitário’ com as exigências revolucionárias da ciência e da transição para o socialismo” (Fernandes, idem: p.XVI).

Florestan menciona que não foi o marxismo que levou Mariátegui à revolução, mas a revolução que o ganhou por causa de sua inquietação revolucionária, que era parte de sua personalidade e parte do momento histórico. Também observa que o esforço de Mariátegui é o primeiro esboço de uma crítica socialista à história do Peru e o primeiro esforço para constituir uma teoria da revolução neste país. Dessa forma,

o que ele procurou e tentou explicar, com inegável originalidade e êxito, eram as condições dessa passagem, à luz dos dinamismos do capitalismo do pós-guerra e do seu impacto sobre a mudança

---

<sup>2</sup> Citado pelo professor Carlos Guilherme Mota, no artigo Florestan: memória e utopia in Martinez, Paulo Henrique (1996) Florestan ou o sentido das coisas, São Paulo. Boi Tempo Editorial

interna da economia, da sociedade e da cultura do Peru. Em suma, limitou-se a adaptar a teoria revolucionária a uma situação histórica potencialmente revolucionária, esperando que, em um segundo momento, a aceleração da história levasse mais longe tanto a elaboração (e a crítica) da teoria, quanto o aprofundamento e a generalização das inquietações revolucionárias coletivas” (Fernandes, idem: p.XVII).

Em outro artigo, “*Significado atual de José Carlos Mariátegui*”, publicado na revista da ANDES, Universidade e Sociedade, em 1994, Florestan lembra que já se discutiu muito o significado da obra de Mariátegui sem que fosse esgotado o tema. Observa que num momento em que conclamam o fim da história, do marxismo, do socialismo, o pensamento de José Carlos Mariátegui representa um arisco desafio a este senso comum, pois

É óbvio que Mariátegui não engoliria a mistificação do ‘socialismo está morto’. Ele sabia amadurecidamente que o capitalismo não consegue resolver os “problemas humanos”, que ele gera e multiplica. O ‘axioma’ de Schumpeter, segundo o qual o capitalismo só sucumbiria por seus êxitos, jamais caberia em sua cabeça. Sua convicção era clara: os progressos do capitalismo redundam em aumento geométrico da barbárie. Essa realidade sempre foi subestimada de uma perspectiva eurocêntrica. Um marxista peruano, todavia, não tem porque enganar-se a respeito. Basta olhar para trás ou para o presente. Êxitos e progressos trazem consigo contradições crescentes — no extremo fatal implosivo. Uma civilização que repousa na riqueza, na grandeza e no poder por quaisquer meios exige um sistema social de exclusão, opressão e repressão. (Fernandes, 1994: p.5)

Para Florestan, a forma como a sociedade moderna contemporânea está constituída traduz outros elementos de opressão. Mesmo se apresentando como uma democracia aberta, essa sociedade é, na verdade, aberta somente àqueles que representam os interesses das elites das classes dominantes. Aos demais, o universo das desigualdades, da pobreza é o espaço social assim

constituído. José Carlos Mariátegui não aceitaria essa divisão política e social, não abriria mão de seu ideário a troco de uma democracia formal à custa do aumento das desigualdades; ao ver de Florestan, José Carlos Mariátegui, ao contrário de outros anarquistas, socialistas e comunistas se perguntaria:

como representar e explicar a totalidade histórica intrínseca ao capitalismo monopolista automatizado? O que ele promete de novo à evolução da humanidade e da “civilização pós-moderna”? O que ele reserva aos de baixo à “escória”, “ao trabalhador mecânico” inativo, aos extratos inferiores e intermediários das classes médias? O que ele remete e arranca da periferia, subcapitalista ou em desenvolvimento capitalista, e àqueles países na qual a lenta transição para o socialismo não foi ainda arrasada? Ciência, tecnologia, tecnocracia racionalizada foram, por fim, colocadas a serviço de “homens livres e iguais” ou servem apenas à concepção romana de riqueza, grandeza e poder — repetida no “destino manifesto” dos Estados Unidos e na conglomeração de potências que encarnam a mesma aspiração de atingi-la? E qual é a essência civilizatória desse capitalismo ultramoderno? Ele contém a propensão a abolir as classes, a dominação de classes e a sociedade de classes? Ou as oculta por trás de uma miragem pela qual a “ideologia” escamoteada reaparece com vigor nunca pressentido no “neoliberalismo”? (Fernandes, idem: p.5)

Florestan lembra que nos *Sete ensaios* a elaboração da revolução socialista e marxista não aparece como uma fórmula fechada, uma única solução. A revolução é apresentada como realização, desigual e combinada. Ela irrompe em sociedades desiguais, atrasadas, semicoloniais e coloniais. “As ilusões eurocêntricas difundiram uma ótica revolucionária que não procede de Marx nem de Engels, identificados com os proletários e suas miseráveis condições de vida na passagem da reprodução simples para a acumulação acelerada.” (Fernandes, idem: p.5). Florestan observa que Marx referiu-se a vários marxismos e que os erros advindos dos bocheviques e dos eurocêntricos decorriam de uma visão imanentista que determinaria o fim a partir de seu próprio princípio, não refletindo sobre os vários níveis diferenciados de desenvolvimento capitalista e de seus impactos nas

formações nacionais. Em resumo: ao simplificarem, complicam a formulação e se distanciam das etapas revolucionárias a serem realizadas permanentemente.

Por isso, Florestan compreendia Mariátegui como “o intelectual marxista mais puro e apto para perceber o que sucedeu; e, se estivesse vivo para traçar os caminhos de superação que ligam dialeticamente a terceira revolução capitalista à plenitude madura do marxismo revolucionário” (Fernandes, idem: p.6). De igual maneira, Florestan salienta que Mariátegui não confundiria as ações formuladas por posições nacionalistas como as de Haya de La Torre, pois enquanto este se apresentava como a realização dentro de uma determinada realidade e a ordem condicionada, Mariátegui transcendia, inclusive, para além do Marxismo triunfante expresso na dicotomia teoria e prática, representada pela URSS.

Mariátegui pôde fazer esta análise apurada em seu tempo, pois viveu e compreendeu o embrião do capitalismo monopolista e deduziu as possíveis implicações que deste derivava e, assim, poderia perceber e assinalar que a democracia não era um valor universal, mas uma instituição que era construída, que a história não teria fim e que o socialismo era o momento em que a maioria comporia um novo momento histórico de hegemonia onde

sua plenitude dependeria, porém, dos meios e técnicas socialistas de auto-emancipação coletiva suscetíveis de sustentar, intensificar e renovar o advento do comunismo. A luta de classes teria de exaurir-se historicamente para que isso acontecesse. O jargão dos ‘traidores do marxismo’, que racionalizam sua escabrosa conversão ‘democrático burguesa’ com fórmulas vazias, está fora de lugar e pressupõe uma mistificação inqualificável. Desse ângulo, Mariátegui é o farol que ilumina, dentro da pobreza e do atraso da América Latina, os limites intransponíveis da civilização capitalista e as exigências elementares da ‘civilização sem barbárie’, que as revoluções proletárias não lograram concretizar.” (Fernandes, idem: p.7)

Para Florestan, a busca de uma macro-sociologia explicativa da realidade peruana contida nos *Sete ensaios* revela que Mariátegui abraçou o marxismo não por moda, mas entrou na busca de um entendimento aprofundado de um passado longínquo, perdido, cujas raízes se manifestavam enquanto vasta lembrança, que era uma força motriz para a construção de um futuro próximo. Este movimento, capacitado para superar o eurocentrismo e criar elementos para a interpretação da realidade peruana centrada num

impulso criador igualmente agudo, que o retirava da condição de prosélito. À medida que suas indagações avançam, ele se mede com a tradição marxista mais pura e exigente; e se eleva, dentro dos marcos culturais peruanos e latino-americanos, ao nível dos fundadores do marxismo, como produtor de conhecimentos e homem de ação. Se tivesse vivido até hoje, travaria muitos embates a favor e contra deslocamentos das revoluções proletárias e não fugiria às constringências impostas por esta época, que alarga e complica as tarefas teóricas e práticas dos que se pretendiam marxistas. (Fernandes, idem: p. 8).

Florestan entende que a luta entre o capitalismo e o socialismo é colocada em Mariátegui como uma luta civilizatória, sendo que os elementos de autodefesa e preservação capitalistas eram por este conhecidos. Sabendo que se moveria dinamicamente no sentido de evitar a revolução proletária, porém, a partir do instante que esta eclodisse, o processo seria dinâmico e permanente, criando elementos que dificultariam o retorno.

Mariátegui interpretava a história como parte de uma ampla movimentação, onde uma civilização impõe uma vitória sobre a outra, não significando a derrota final, até que a transição do capitalismo ao comunismo estivesse consumada. Para Florestan, “Mariátegui ainda se ergue como um farol, que ilumina o horizonte intelectual e político dos que querem conferir aos latino-americanos a opção pelo marxismo.” (Fernandes, idem: p.8).

### c) a abordagem de Michael Löwy

Na abordagem desenhada por Michael Löwy (1990, 1999<sup>a</sup>, 1999<sup>b</sup>, 2005), ele compreende Mariátegui como sendo expressão de um conteúdo romântico, herético e místico, em que se manifesta a afirmação de idéias comunistas semelhantes às desenvolvidas na revolução permanente de Trotsky e – conseqüentemente – tem rejeição pelas teses do Comintern, traduzidas para a realidade peruana como semelhantes à idéia de revolução “democrático-burguesa e anti-feudal”, ou seja, um projeto essencialmente capitalista, visto como uma etapa necessária para solucionar os problemas das massas, em especial as camponesas.

O romantismo revolucionário de Mariátegui considerava que era possível desenvolver no Peru “a revolução socialista como a única alternativa à dominação do imperialismo e dos latifúndios. (...), sobretudo porque Mariátegui acreditava que esta solução socialista poderia partir das tradições comunitárias do campesinato andino, os vestígios do ‘comunismo incaico’ – tese que era identificada por Miroshovski como as dos populistas russos” (Löwy, 1999b: p.43).

O papel dos indígenas se assemelha ao desenhado por Miroshovski, ou seja: um retorno ao comunismo incaico que “debía ser restabelecido sobre nueva basa, incluyendo em la esfera cultural del futuro comunista del Peru todas las conquistas de la novísima técnica europea” (Miroshovski apud Aricó, idem: p.66). Mas ao invés de entender como uma manifestação enviesada do populismo russo, Michael Löwy o aborda como parte de um romantismo agônico, visto pelo autor como algo positivo e inovador, um romantismo revolucionário ou utópico (1990). Na abordagem sobre o romantismo, Löwy destila quatro correntes de pensamento, sendo elas o romantismo passadista, conservador, desencantado e revolucionário. Essas correntes se desenvolvem num

movimento cultural que nasceu no término de século XVIII como protesto contra o advento da moderna civilização capitalista, uma revolta contra a irrupção da sociedade industrial / burguesa – fundamentada na racionalidade burocrática, na reificação mercantil,

na quantificação da vida social e no “desencantamento do mundo” (segundo a célebre fórmula de Max Weber). Tendo aparecido com Rousseau, William Blake e a Fröromantik alemã, o Romantismo não mais desaparecerá da cultura moderna e constitui, até hoje, uma das principais componentes na estruturação da nossa presente sensibilidade. A crítica romântica da modernidade capitalista é elaborada com base a valores sociais, éticos, culturais ou religiosos pré-capitalistas, configurando, em última análise, uma tentativa desesperada de “reencantamento do mundo”. Pode tomar formas regressivas e reacionárias, mas também utópicas ou revolucionárias, como, por exemplo, na corrente marxista – passível de ser definida como “romântica” – de William Morris até E.P.Thompson, do jovem Lukács até Ernst Bloch, e de Walter Benjamin até Herbert Marcuse. José Carlos Mariátegui integra-se nesta corrente numa forma original e em um contexto latino-americano, diferenciado dos da Inglaterra ou da Europa Central. Sua visão romântico-revolucionária do mundo, tal como formulada no famoso ensaio de 1925, ‘Dos concepções de la vida’ – verdadeira matriz de sua obra posterior – rejeita ‘a filosofia evolucionista, historicista, racionalista’ portadora de ‘um culto supersticioso da idéia do progresso’ em nome de um retorno aos mitos heróicos, ao romantismo e ao “donquixotismo” (Miguel de Unamuno). Identicamente opostas à ideologia linear e convidativa de um progresso confortável. (Löwy, 1999<sup>a</sup>. P. 22)

Esta visão romântica de Mariátegui, este retorno ao incaico e à força das tradições das comunidades indígenas seriam igualmente vistas por Löwy como análogas as dos textos de Marx e Engels, sobre o Mir. Para ele, o anticapitalismo romântico de Mariátegui era inspirado pelas tradições das comunidades incaicas, pela leitura de George Sorel e tinha semelhança com os escritos de Lukács e Gramsci, no momento em que estes se tornaram marxistas (Löwy, 1999<sup>a</sup>: p.20).

Portanto a obra de Mariátegui, em particular os *Sete ensaios*, seria a melhor manifestação dessa tendência. Ele se oporia ao tradicionalismo do romantismo retrógrado e à nostalgia colonial, apelando ao passado profundo das civilizações indígenas “O passado incaico teve seu ingresso em nossa história como uma reivindicação dos revolucionários e não dos tradicionalistas.

Nessa medida este passado representa uma derrota do colonialismo (...). A revolução reivindicou nossa mais antiga tradição” (Mariátegui apud Löwy, 1999<sup>a</sup>: p. 43).

O elemento central desse comunismo estava organizado nas ayllu, onde a troca desenvolvia-se como uma resistência ao avanço do latifúndio e na preservação dos costumes. De igual maneira, a religião cumpriu um papel fundamental, pois ela organizava os hábitos comuns e coletivos (Mariátegui, 1975: p115/116), a teologia indígena não separava estado e religião e todas as suas instituições coincidiam com as suas crenças e com a economia “A religião era o Estado” (Mariátegui, 1975: p.118).

Michael Löwy insiste em que o elemento religioso e místico terá grande valor teórico no entendimento do socialismo romântico de Mariátegui, defendendo que o “coletivismo teocrático” dos incas tinha, de acordo com Mariátegui, finalidades temporais mais do que espirituais, e desaparece com a destruição do Estado inca. Isto não acontece com a religião popular dos antigos peruanos, a qual consegue sobreviver à conquista e à colonização. (Löwy,1999b: p.111).

Dessa forma, a religião expressa nos indígenas uma coesão ideológica que não foi possível à igreja católica romper, já que esta se manifestou historicamente como uma das principais marcas do estado semifeudal, e com a independência não conseguiu engendrar uma outra economia, superando estruturalmente a herança colonial, a continuidade dos privilégios feudais eram também manifestações dos privilégios eclesiásticos. A perseguição ao índio foi marca da história do Peru, contando nesse processo com a participação da igreja. Porém, a mesma igreja teve dualidades, onde houve também pastores, freiras de suas paróquias e conventos, onde a proteção aos indígenas contra a servidão e o encomendero foram as práticas progressistas. (Löwy, 2005: p.112)

A leitura de Mariátegui feita por Löwy desenha uma proximidade entre a fé e a revolução, um marxismo análogo ao cristianismo enquanto religião de escravos. Löwy conclui que Mariátegui opta por dois caminhos. O primeiro

se apóia no materialismo histórico para rejeitar, novamente, o anticlericalismo liberal: O socialismo, segundo as conclusões do

materialismo histórico – que convém não confundir com as conclusões do materialismo filosófico – considera que as formas eclesiásticas e as doutrinas religiosas são peculiares e inerentes ao regime econômico-social que as sustenta e produz. E, portanto, se preocupa em mudar este e não aquelas. A simples agitação anticlerical é considerada pelo socialismo como um diversivo liberal burguês.

### O segundo caminho

reafirma a tese soreliana dos seus artigos dos anos 1925-1926, agora, porém numa linguagem mais de acordo com a orientação psicológica – freudiana? – do socialista francês. Como foi anunciado por Sorel, a experiência histórica dos últimos lustros comprovou que os atuais mitos revolucionários ou sociais podem ocupar a consciência profunda dos homens com a mesma plenitude dos antigos mitos religiosos” (Löwy, 2005: p.111 e 112).

Löwy entende que o esforço de Mariátegui foi eleger o mito como explicação socialista e religiosa, que por sua vez daria conta de animar a alma camponês-indígena enquanto vocação e prática socialista.

### d) a abordagem de Leila Escorsim

Leila Escorsim busca demonstrar que a visão de Mariátegui, de fato, foi marcada por um anticapitalismo romântico, mas que esse comportamento centrado na crítica da cultura foi expressão do período em que Mariátegui definiu como a sua “*idade da pedra*”. Porém, quando José Carlos Mariátegui se torna marxista, esse comportamento é superado em vários pontos e amadurecido em outros. Na “*idade da revolução*”, Mariátegui é um organizador da cultura em *stricto sensu*,

dispõe de nítidas referências acerca da função social da arte, tem clareza da contextualidade sociopolítica em que ela se insere. Entretanto, há uma continuidade entre as posições de ambos: um vigoroso antiacademicismo, uma sistemática luta contra o conservadorismo estético e uma enorme simpatia para com as

vanguardas (...). Também o amadurecimento, no domínio da avaliação artística, foi proporcionado pela incorporação do marxismo, que lhe forneceu a consciência e a ciência necessárias para estabelecer a crítica das posições esteticistas do colonidismo sem perder os valores contestatórios e emancipadores que, nelas, permaneciam infundados ou estatuídos abstrata e arbitrariamente” (Escorsim, 2006: p.143/144).

Sua idéia não se volta ao retorno a um universo perdido, na reconstrução de identidades partidas, seja no aspecto cultural, ou no aspecto econômico e político. Escorsim questiona a idéia do romantismo revolucionário formulado por Michael Löwy. Para a autora, Löwy criou uma tipologia inspirada em Max Weber, em que haveria vários tipos de romantismo, sendo o romantismo revolucionário a tipologia ideal, a que corresponderia a José Carlos Mariátegui. (Escorsim, idem: p. 48).

A visão de Escorsim, baseada em Lukács, sugere que o romantismo anticapitalista não deseja um retorno ao passado pré-capitalista, mas sim edificar um capitalismo reacionário, preservando os restos da sociedade feudal. De modo que a rebeldia romântica tenderia a se firmar numa corrente anti-socialista revolucionária identificada no seu âmago com a ordem burguesa. Sendo assim,

o anticapitalismo romântico não dispõe de nenhum potencial crítico-positivo em face da sociedade burguesa; sua crítica à ordem burguesa não é radical no sentido marxiano: seu aparente radicalismo ético, que reduz a crítica social à crítica cultural, dissolve as concretas determinações econômicas-políticas próprias da ordem burguesa; e essa dissolução impede qualquer movimento progressista na direção de uma outra forma de sociabilidade. Para Lukács, o anticapitalismo romântico é o vestibulo do reacionarismo (Escorsim, idem: p.49).

Para a autora, a evolução de Mariátegui estaria em acordo com a formulação teórica de Lukács, em que um intelectual poderia romper com o anticapitalismo romântico ao posicionar-se pela revolução socialista.

Em seu estudo, compreende que Mariátegui, entre 1911 e 1916, volta-se para a estetização da vida social, chegando mesmo a viver em clausura dentro de um mosteiro religioso. Este momento é visto como a busca de uma experiência religiosa, mas, igualmente, o da busca de uma experiência hedonista, na qual o objetivo final seria a apreensão do próprio eu. Assim

A vida estética – não necessariamente a obra – é o objetivo maior do artista: construir a sua vida pessoal como uma obra de arte (...). No gesto contêm-se o *épater le bourgeois* e o pronúncio do gozo pelo enfrentamento do medo (simulacro de heroísmo) – e o jovem Mariátegui assume esta dupla dimensão do decadentismo. (Escorsim, idem: p. 57)

O processo de superação do anticapitalismo romântico de Mariátegui começa a se desenhar com a sua entrada na redação política do jornal *El Tiempo*, onde passa a acompanhar o debate parlamentar e político do período. A imprensa e o *El Tiempo*, em particular, constituem-se espaços privilegiados nos quais se confrontavam diversas posições políticas e ideológicas. De igual maneira, a amizade, até a sua morte, com Cezar Falcon “foi fundamental (...) suas inclinações socialistas contribuíram com força para as definições que este –Mariátegui - efetuará diante do panorama do Peru de então”. Isso possibilitou a superação da posição absentéista do grupo Colónida, a partir 1916. (Escorsim, idem: p.67).

A experiência nos jornais *El Tiempo* e *La Razon*, a aproximação com as lutas e os movimentos operários e populares determinam a superação do anticapitalismo romântico. A partir de então, sua crítica ao capitalismo não objetiva qualquer retorno ao passado incaico, firma-se como proposição histórica na qual o capitalismo deixou de representar qualquer compromisso com o progresso. (Escorsim, idem: p.51). Da mesma forma, a sua visão do camponês indígena atua como contraponto à utopia, sendo claro que o objetivo do ‘comunismo agrário’ de Mariátegui reconhece no império Inca uma referência de práticas coletivas, mas não lhe parece em absoluto restaurável, somente através da revolução proletária é que esse comunismo, que ainda

deitava raízes na vida comunitária dos indígenas, pode ter uma dimensão positiva. Nas palavras de Mariátegui,

O VI Congresso da IC assinalou, uma vez mais, a possibilidade, para povos de economia rudimentar, de iniciar diretamente uma organização econômica coletiva, sem sofrer a larga evolução pela qual passaram outros povos. Nós acreditamos que, entre as populações “atrasadas” nenhuma como a população incaica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um arraigado espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia do proletariado, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista [igualmente] não significa, em absoluto, uma romântica e anti-histórica tendência, que correspondeu a condições históricas completamente superadas e da qual só permanecem, como fator aproveitável dentro de uma técnica de produção perfeitamente científica, os hábitos de cooperação e socialismo dos camponeses indígenas. O socialismo pressupõe a técnica, a ciência, a etapa capitalista e não pode implicar no menor retrocesso na aquisição das conquistas da civilização modernas (Mariátegui apud Escorsim, idem: p.53).

Na visão de Escorsim, para Mariátegui a tradição indígena só poderia ser mantida se fosse articulada politicamente com e para a revolução socialista, sob a regência do proletariado. Portanto, a seu ver, José Carlos Mariátegui não é aliado a qualquer visão romântica, mas um dirigente comunista que versou “a inserção do Peru na modernidade revolucionária do século 20” (Escorsim, idem: p.139). Ou, no dizer do próprio Mariátegui, “O problema de nosso tempo não está em saber como foi o Peru. Antes, está em saber como é o Peru. O passado nos interessa na medida em que pode servir-nos para explicar o presente. As gerações construtivas sentem o passado como uma raiz, como uma causa. Jamais o sentem como o um problema” (Mariátegui apud Escorsim, idem: p.230).

## Capítulo II

### Do Contexto Histórico da Formação Política de Mariátegui ao Partido Socialista do Peru

#### a) a origem, o autodidata, primeiras influências e a idade da pedra.

José Carlos Mariátegui nasceu em 14 de junho de 1894, em Moquegua, pequena cidade portuária ao sul do Peru, filho de Francisco Javier Mariátegui y Raquejo, funcionário do Tribunal Mayor de Cuentas e membro de uma aristocrática família crioula, e de Maria Amália La China Ballejos, mestiça católica e costureira. A família de Mariátegui sofreu uma brusca mudança na sua estrutura social e econômica com o abandono do pai em 1899, com isso tiveram de se mudar para Huacho, cidade ao lado de Sayán, onde estava a família de Maria Amália, nos arredores de Lima, em busca de melhores condições de vida.

Em Lima, Mariátegui começou seus estudos primários, mas um acidente numa brincadeira de crianças fez com que ficasse internado por quatro meses na clínica de freiras Maison de Santé e, pelo menos, mais dois anos em convalescença em sua casa; durante este período receberá forte influência religiosa tanto das freiras como de seus familiares maternos. Abandonou definitivamente a escola e, pouco depois, ingressou no mundo do trabalho para ajudar no sustento da família. Segundo Pericás, Mariátegui *“praticamente não freqüentou a escola, conseguindo apenas completar o primeiro ano do ensino fundamental. Em outras palavras, não teve formação escolar (...)”* (Pericás, 2006: p.170). Este período de convalescença também marca o início de sua formação autodidata, já que sozinho teria como companheiros parte dos livros que seu bisavô, Francisco Javier Mariátegui y Telleria, antigo liberal, importante tribuno e secretário da primeira constituinte, havia deixado em sua casa materna. (Pericás, idem: p. 171)

Pericás ressalta que ainda na infância, impossibilitado pela frágil saúde de participar de quaisquer brincadeiras de sua idade, acompanha sua mãe em seu ofício de costureira nas residências. Enquanto esta faz seu trabalho, o menino lê

livros, folhetins, revistas que pede emprestado aos patrões. Ganha paixão pela leitura e já na sua adolescência lê Anatole France, Charles Baudelaire, Rufino Blanco Fomfona, Luís Benjamin Cisneros, entre outros, como também biografias de Garibaldi, de Mazzini e do socialista espanhol Pablo Iglesias. Aos 14 anos, começa a trabalhar no jornal La Prensa como entregador e linotipista numa jornada de 14 horas ao dia. Após a jornada, acha tempo para conversar com amigos sobre pensadores como Bakunin, Kropotkin, Proudhon e Ferrer. Chega a freqüentar clubes anarquistas onde conhece o veterano intelectual Manuel González Prada, que será uma de suas primeiras influências. Mariátegui tornou-se freqüentador da biblioteca particular de Prada, com quem conversava sobre seus autores prediletos. Pericás comenta que, apesar da proximidade entre ambos, os escritos anti-clericais de Prada causa no religioso Mariátegui certa reserva. (Pericás, idem: p 172)

Anos depois, em seus *Sete Ensaios*, o autor descreve Prada como o “primeiro momento lúcido da consciência do Peru” (p.182), para ele “Gonzales Prada foi mais literato do que político. O fato da transcendência política de sua obra ser maior do que sua transcendência literária não desmente nem contraria o fato anterior e primário, de que essa obra, em si mais do que política é literária” (Mariátegui, 1975: p. 184).

Prada foi o pioneiro em denunciar o colonialismo espanhol e abrir o Peru a si mesmo, buscando na massa indígena a pulsão da nacionalidade peruana. Será Prada que abrirá as portas para outras culturas européias, buscando constituir um momento de transição entre uma cultura neo-colonizada espanhola e uma outra, soberana e dialógica com o mundo ocidental. De igual maneira, seu protesto indigenista será o elo e a continuidade entre o antigo literato e Mariátegui. Nos *Sete Ensaios*, Prada foi acima de tudo paixão, um espírito do qual se sentia próximo, Prada foi homem de fé sem sabê-lo, um religioso mesmo se declarando ateu. Como em Mariátegui a revolução é um ato de religioso, Prada seria, assim, um pregador (188). Antonio Mellis observa ainda que Prada não conseguiu ir além do espaço ideológico, mas que seus discursos e textos criaram as condições radicais para uma síntese superior, que se expressaria melhor em Mariátegui enquanto movimento e partido político revolucionário

(Mellis,1973:p.70). A grandiosidade de Prada é traduzida por Mariátegui em suas próprias palavras em *Páginas Libres* sobre Vigil: "*Poucas vidas são tão puras, tão completas, tão dignas de ser imitadas. Pode-se atacar a forma e o fundo de seus escritos, pode-se hoje tachar seus livros de antiquados e incompletos, pode-se, finalmente, demolir todo o edifício erguido por sua inteligência; mas uma coisa permanecerá invulnerável e de pé, o homem*" (Mariátegui, idem: p. 189).

Nesse período, Mariátegui publica seus primeiros artigos jornalísticos no La Prensa, El Tiempo, Mundo Limenho, El Turf e Lulú; adotará o pseudônimo de Juan Croniqueur, nome que caracterizará, segundo o próprio Mariátegui, sua "idade da pedra". Nesta mesma época, junto com uma série de intelectuais, como os seus amigos e poetas César Fálcon e Abrahan Valdelomar, que foi um de seus inspiradores, compõem a revista modernista Colónida, que terá uma vida efêmera, mas será o primeiro movimento social no qual Mariátegui se engajou. No seu ponto de vista a revista foi mais um gesto de insurreição *contra o academicismo e suas oligarquias* do que um movimento revolucionário. Colónida tinha um comportamento extravagante e beligerante contra a colonização da literatura e cultura peruanas o que possibilitou a busca de novos elementos que apontassem para a criação de uma cultura e visão nacionais. "*Os colónidas concordavam apenas na revolta contra o academicismo. Insurgiam-se contra os valores, as reputações e os temperamentos acadêmicos; seu nexos era um protesto; não uma afirmação*". (Mariátegui, idem: p.201) Essa visão, como salienta Mariátegui, é o único ponto em comum.

Através dessa publicação, tornou-se conhecido, escrevendo críticas leves, literárias, teatrais, poesias. Ganhou o Prêmio Municipalidad de Lima, em 1917. Era um período marcado por irreverências, onde se pode observar o temperamento do futuro fundador do marxismo peruano, ao promover junto com demais membros do grupo *Colónica*, numa noite de novembro, no cemitério de Lima, a dançarina suíça clássica Norka Rouskaya, que lá dançou seminua os acordes da marcha fúnebre de Chopin (Bellotto & Correa, idem: p.10).

Em sua análise madura, feita nos *Sete Ensaios*, sentencia que a Colónida foi marcada pela distância da política, por idéias esnobes e elitistas. Ao seu término, os mais jovens começaram a se interessar pelas novas correntes políticas e, desse interesse, nasce a *Nuestra Época*, revista mais breve do que a anterior, mas cujo enfoque são as multidões e não o café Palais Concert (Mariátegui, idem: p. 203). Para Pericás, nesse momento Mariátegui se aproxima das idéias socialistas, e tem sua visão de política e sociedade ampliada em particular pelo acompanhamento jornalístico que realiza junto ao parlamento (Pericás, idem: p 174, Escorsim, 2005: p.209).

### **b) Os primeiros passos no cenário político**

O Peru dos anos dez reflete toda a efervescência e mudanças. Com o fim da guerra do Pacífico, Nicolas de Piériola, que governou o país durante o conflito com o Chile (1879/83), retornou ao poder numa aliança expressiva com os partidos Democrata e Civilista. A base social dessa aliança é a velha oligarquia crioula urbana e rural mais os bacharéis e catedráticos, homens de negócio que comporiam a “República Aristocrata”. Esta promoveu uma série de reformas que modernizariam a economia nacional, como aperfeiçoamento do sistema tributário, taxaço maior sobre produtos importados, liberaço de taxas para os produtos exportados, criaço de um ministério do desenvolvimento, aboliço da taxaço abusiva sobre os índios, ou seja, desbloqueou o desenvolvimento do capitalismo peruano (Pericás, idem: p 176).

Nesse momento, a incursão de capitais estrangeiros, em especial, estadunidenses, começa a surtir efeito em áreas vitais aos seus interesses: há imensa expansão do setor petrolífero, minerador de cobre, enxofre, carvão etc. Igualmente, dinamizaço das plantaço de açúcar e algodão. A construçõ de linhas férreas facilitaram a exploraço e o escoamento de produtos do interior. “*Na prática, o capitalismo monopolista não tinha interesse de fato nem no incremento da indústria endógena nem no mercado interno do Peru. Seu objetivo era o mercado externo, investindo nos produtos mais rentáveis internacionalmente*” (Pericás, 2006: p.177). Este processo se efetua mantendo as comunidades indígenas e também os antigos latifúndios, visando à

manutenção de relações pré-capitalistas no campo, expandindo assim a taxa de lucro e a acumulação de capitais, criando condições para que o capitalismo estrangeiro implantasse técnicas avançadas, mantendo, ao mesmo tempo, relações sociais atrasadas. De forma que o processo de ampliação e modernização do latifúndio, com novas técnicas e processos de produção, fortalecesse a burguesia rural e com isso o aumento do assalariamento no campo e nas cidades.

As mudanças no Peru são sensíveis, em cerca de 50 anos, a população subiu de 2,7 para 4,8 milhões. Lima tornou-se o centro do país com significativo aumento populacional e melhorias visíveis na urbanização, com a troca de bondes a tração animal por motorizados e a eletrificação de toda a capital, pavimentação de ruas, com os primeiros automóveis circulando, etc. (Pericás, idem: p.179).

Todo esse processo fortalece o Estado Oligárquico e a aristocracia rural; fortalece os elos de relação entre o capital estrangeiro e a subordinada burguesia e outros setores das classes dominantes peruanas, que aparecem como sócios menores. Nesse período, ocorrem também as primeiras ações da classe operária, com mobilizações, diversas greves, movimentos visando à redução de jornada para 8 horas, aumento salarial, redução da carestia... Os governos de José Pardo (1904-1908) e Augusto Leguía (1912-1914) não conseguem reduzir o nível de tensão e expressar soluções aos problemas. A eleição de Guillermo Billinghurst (1913-1914), político populista, com propostas visando melhorias na habitação e educação aos setores sociais desfavorecidos, atrai o importante apoio de amplos setores populares, inclusive de estudantes, que criam o "*Club Juventude Billinghurstista*," tendo o poeta Abraham Valdelomar, secretário particular do presidente Billinghurst, como um dos principais animadores. Porém, a mobilização das oligarquias e demais setores conservadores concluíram a sua deposição em 1914, através do golpe do general Oscar Benevides, que possibilitou o retorno de José Pardo novamente à presidência.

Durante o governo de José Pardo (1915-1919), houve um aumento expressivo nos investimentos dos EUA no Peru, que saltam de 31% para 61%,

no mesmo período os investimentos ingleses recuam de 31% para 17%. A expansão do capitalismo em áreas estratégicas como os minérios, o petróleo e a agricultura de algodão e açúcar reduziu o território de plantio de arroz e trigo, gerando escassez desses produtos e forte carestia. Com isso, inicia-se uma série de manifestações populares lideradas pelo movimento operário através de líderes como Adalberto Fonkén, Carlos Barba e Nicolas Gutarra, que criam o *Comitê pelo Barateamento dos Preços de Subsistência* (Pericás, 2005: p 17.).

No mesmo período, no campo, os indígenas e camponeses promovem revoltas nos anos de 1912, 1919 e 1921, que levaram temor às classes dominantes e funcionaram como uma memória coletiva reprimida dos levantes chefiados por Tupac Amaru, Huaraz e Rumi Maqui<sup>3</sup>, levando o Estado a reconhecer a Federação Indígena, em 1924.

O movimento se intensifica junto ao proletariado e com a adesão dos estudantes da São Marcos. Os estudantes já vinham realizando um amplo debate contra o modelo elitista e afrancesado de ensino, eles reivindicavam um modelo mais científico e positivista, voltado à construção de técnicas e à modernização da economia e da sociedade. O debate acalorado alcançou a câmara de deputados, que aprovou reformas visando à tecnização do ensino superior. O movimento estudantil vai à esquerda inspirado pelo “Manifesto dos Homens Livres” feito pelos estudantes da Universidade de Córdoba, que impulsionou a reforma universitária argentina, e pela liderança do jovem Victor Raul Haya de La Torre, que elegeu-se representante dos estudantes e depois presidente da Federação Estudantil do Peru. A ação do governo Pardo, ex-reitor da São Marcos, agudiza as contradições: primeiro expulsando Haya de La Torre e depois fechando a Universidade por quatro meses, facilitando que os estudantes e operários se aproximassem.

As forças da Ordem são pegas de surpresa e a repressão fracassa no primeiro momento, possibilitando a regulamentação da jornada de 8 horas e de

---

<sup>3</sup> Teodomiro Gutiérrez Cuevas conhecido pelo nome de “Rumi Maqui” (mão de pedra) Dirigiu em 1915 insurreição indígena de San José, na província do Puno. Sua proposta era a restauração do Tawantinsuyu, o império Inca.

outras reivindicações populares. Embalados pelo avanço do movimento, surge o Comitê de Propaganda Socialista e o extemporâneo Partido Socialista, que são desbaratados, num segundo tempo, pela profunda repressão que se segue. A continuidade do movimento do protesto operário se viu limitada pela ação do governo, que decretou lei marcial, criou a guarda urbana e prendeu várias lideranças operárias (Pericás, 2006: p179). Também contribuiu para sua perda de fôlego, a prédica dos líderes operários de origem anarco-sindical que desprezavam a luta política e traçavam todos os seus planos em assembléias abertas e reduziam sua estratégia à ação direta e também pela movimentação opositora realizada por Augusto Leguía, que alcançava com seu discurso modernizador amplos setores da oposição, como as oligarquias dissidentes, burguesias urbanas, lideranças operárias, classes médias, tendo sido inclusive escolhido pelos estudantes da São Marcos como “Maestro da juventude”. A confusão política permite a Leguía desferir um golpe, fechar o parlamento e exilar Pardo, tornando-se presidente e em seguida ditador, período que será conhecido como oncenio (Pericás, idem: p185).

É neste instante que José Carlos Mariátegui toma contato com a classe operária, que se dirigiu ao jornal *La Razon* em agradecimento ao jovem intelectual e ao periódico pelo firme apoio prestado às suas lutas proletárias e estudantis. Mariátegui, falando pela primeira vez frente a cerca de 3 mil operários, recomenda a criação de um *órgão estável da classe operária*, a Federação Obrera Peruana (Bellotto & Correia, idem: p.13). Este é o momento em que o jovem Mariátegui rompe com o primeiro período de sua vida, que chamou, com boa dose de ironia, de “Idade da Pedra”, período vivido por tertúlias literárias e pela boemia, marcado pelo “*decadentismo e bizantinismo do fim do século*”.

Um pouco antes, já sem seu pseudônimo, participou da redação da revista *Nuestra Época*. Em seu primeiro artigo, identifica-se com a oposição ao governo de José Pardo y Barreda, manifesta-se contra a militarização do país e a ocupação da Universidade de São Marcos pelo exército, gerando ostensiva reação dos militares com a invasão da redação do jornal e agressão física a Mariátegui, numa de suas pernas, levando ao agravamento da enfermidade

que resultou primeiro em sua amputação e, alguns anos mais tarde, em uma das principais causas de sua morte (Amayo, 2003: p.17).

Mesmo com a posse de Leguía, o *La Rázon* mantém seu viés crítico oposicionista e o apoio aos movimentos pela reforma estudantil e operária. Nesse período, qualquer sinal de oposição é encarado como desrespeito à autoridade instituída, assim o jornal socialista perde a possibilidade de utilizar a gráfica do arcebispado e depois o próprio governo o proíbe, levando seus redatores a decidirem pelo seu fechamento.

Leguía, por sua vez, vendo um parente de sua esposa, José Carlos Mariátegui, poeta conhecido dos círculos limenhos, em oposição ao seu governo, busca um meio de neutralizá-lo; é aconselhado por Enrique Piedra e Focion Mariátegui (tio de José Carlos) a lhe oferecer residir como agente de imprensa na Europa ou ir para cadeia. Este aceita ir à Europa, numa espécie de exílio disfarçado, o que foi motivo de críticas profundas por parte de antigos amigos, aliados e inimigos.

Na Europa, mais particularmente na Itália, residiu de dezembro de 1919 a 1922, onde se casou e nasceu seu primeiro filho, Sandro. Iniciou a segunda e mais fecunda parte de sua formação política. Lá dividiu seu tempo entre visitas a museus e bibliotecas, participou de cursos, de reuniões políticas, chegando a fazer parte de uma célula de bairro do Partido Socialista, tendo assistido ao congresso de Livorno, de 1921, onde, com entusiasmo, apoiou a tendência radical do *L'Ordine Nuovo*, liderada por Gramsci e Togliatti, pró III internacional, responsável por uma *renovação política e moral* que resultou na fundação, em seguida, do Partido Comunista Italiano. (Bellotto & Correia, idem: p.15)

### **c) os dois casamentos e algumas influências na formação política de Mariátegui.**

Junto com César Fálcon, seguiu para o exílio disfarçado na Europa. Ambos assistem à manifestação de operários estivadores em greve, na escala do navio em Nova Iorque, e conversam com os seus dirigentes. Depois José

Carlos Mariátegui seguirá para Paris, onde residirá por 40 dias. Toma contato com a cultura européia, estabelece conversas com artistas e intelectuais de vários cantos do mundo. Conhece o escritor francês Henri Basbuse, que através da revista *Clarte*, publicada também por Romain Rolland, Henri Bérghson e George Sorel, exerceu influência direta ou indireta no pensamento do jornalista peruano (Pericás. 2005: p18).

Em Novembro de 1919 segue para a Itália, primeiro para Genova e depois para Roma, será nesse período na Itália que aprofundará seu conhecimento cultural e político.

Em junho de 1920 vai a Florença para um curso de verão e conhece Anna Chiappe, com quem se casa no início de 1921. Anna Chiappe é filha de amigos do importante escritor e filósofo Benedetto Croce, então Ministro da Educação da Itália (Paris, 1973: p.9). O filósofo napolitano, através de seus encontros e textos, exercerá influência no pensamento de Mariátegui, que o citará em quase todos os seus escritos. Para Roberto Paris, a influência de Croce sobre Mariátegui não é direta como a que houve em Paolo Gobetti ou Antonio Gramsci, mas sim uma influência que foi se estabelecendo aos poucos, mediatizada “ora através de los pensadores que como Gobetti pertenecen a la corriente crociana, ora merced a ciertos temas sobre los cuales el próprio Croce se hace el mediador” (Paris, idem: p. 11).

Sendo que essa influência estará presente em diversos temas estabelecidos pelo autor de *Em Defesa do Marxismo*, como a *espiritualização do marxismo* e no recurso à autoridade Gorges Sorel. Segundo Paris, esse recurso alcança algumas vezes certo exagero, como o de compreender Sorel enquanto inspirador de Lênin (Paris, idem: p.20/21) ou comparar Bergson com Hegel, com discípulos à direita e à esquerda (Paris, idem: p.25).

Em sua estada na Itália manteve contato também com D’Annunzio, Gobetti, Papini, Marinete, Turatti, Gorki, além de ter conhecido as obras de Malaparte, Pirandello, Sorel, entre outros. Como correspondente do *El Tiempo*, enviou diariamente comentários sobre literatura, artes, cultura e política e divulgou ao público peruano obras de Mario Missiroli, Amendola, Rocco e outros (Netto: p.40; Bellotto & Correia: p.15; Segatto: p.22).

Do sentimento literário, da contestação e simpatia socialista espontânea evolui para o marxismo, arregimentando em sua formação todo um conjunto extraordinário de contribuições. Nessa trajetória, Mariátegui foi profundamente influenciado pelo movimento de refundação comunista, que naquele momento desenvolvia-se na Itália. Este movimento de renovação política se propunha a ajustar contas com a crise da sociedade e da cultura liberal e com a crise política e cultural do socialismo, expressa pela ideologia da II Internacional Socialista. De igual maneira, recusava a visão evolucionista e fatalista desenvolvida pela II Internacional e também a sua passividade frente aos acontecimentos históricos, colocava como centro da política o problema da transformação social e do partido revolucionário, e igualmente se perguntava e tentava construir na prática a resposta: quais eram as forças capazes de desenvolver essa transformação?

A ação humana ganhava assim um papel preponderante e as formas de sua organização e a vontade política uma dimensão crítica, viva e inovadora. O objetivo transformador da realidade vincula-se igualmente à visão e praxis antidogmáticas e sectárias. Este grupo ligava-se a

la parte más avanzada y moderna de la cultura burguesa contemporánea para llevar a cabo una tarea de refundación del marxismo revolucionario (...) En este neo marxismo de inspiración idealista, fuertemente influenciado por Croce e Gentile, y más en particular por el bergsonismo soreliano, renuente a utilizar el marxismo como un cuerpo doctrina, como una ciencia naturalista y positivista que excluye de hecho la voluntad humana, y a quien le corresponde el mérito histórico de haber comprendido claramente la extraordinaria novedad de la revolución de octubre, en este verdadero movimiento de renovación intelectual y moral de la cultura italiana y europea es donde Mariátegui abreva la inagotable sed de conocimientos que lo consume ( Aricó, 1978: p.XVI).

O semanário L'Ordine Nuovo agrupava estes jovens intelectuais com forte enraizamento no movimento operário, entre seus membros destacavam-se nomes como: Palmiro Togliatti, Paolo Gobetti, Antonio Gramsci. Paolo Gobetti, era para Mariátegui, um crociano de esquerda e um era um dos

espíritos com que sentia maior afinidade (Aricó, idem: p.XVIII) e com quem tinha mais “amorosa concordância” (Mariátegui, idem: p163). Esta afinidade foi decisiva na formação de Mariátegui. Segundo Aricó, foi através da abordagem desenvolvida por Gobetti sobre o ressurgimento e a formação incompleta e convencional da unidade italiana, do carácter limitado da formação da classe liberal e da potencialidade da classe operária em tornar-se uma nova classe dirigente, que Mariátegui tentou aplicar os ensinamentos de Gobetti à história do Peru.

De todas maneras, aunque la asimilación de la crítica histórica de Gobetti está en la base de elaboración de los 7 ensayos y de sus escritos bajo publicado ‘Peruanicemos al Peru’ (...) Pero lo que interesa rescatar es que él, a diferencia del resto de los marxista latinoamericanos, se esforzó por “traduzir” el marxismo aprendido en Europa em términos de ‘peruanización’. Y es por eso sin duda que, con todos los errores o limitaciones que puedan contener, los Sete Ensayos de interpretación de la realidad peruana siguen siendo, cincuenta años de su publicación la única obra teórica realmente significativa del marxismo latinoamericano (Aricó, idem: p. XIX) .

O período vivido na Itália e as influências em comum fazem com que seja normal atribuir proximidade entre os pensamentos de Mariátegui e Gramsci, como o fazem Antonio Melis (1973) e José Aricó (1978). Melis salienta a trajetória intelectual semelhante entre os temários tratados, como a rejeição ao reducionismo positivista do marxismo, a polémica comum contra Aquiles Loria, a preocupação contra o fordismo e o taylorismo, que segundo Melis só poderia existir na fonte crociana. (Melis, idem: p.75/76)

Em Aricó, para quem a tentativa de Mariátegui também assemelhava-se a de Gramsci, ambos buscaram constituir uma abordagem equacionadora original para colocar em prática a visão leniniana e da III Internacional de aliança operário-camponesa. Para o gramisciano argentino, Mariátegui tomou contato com o marxismo através do filtro italiano e assimilou a visão que esta escola construiu contra a prática fatalista, evolucionista e pacifista, que eram características da II Internacional Socialista. Segundo o autor o destino deu ao

jovem Mariátegui la posibilidad única para un latinoamericano,, debemos reconecelo, de llegar a Marx através de experiência cultural, ideológica y política de constitución de un movimiento marxista obrigado a ajustar cuentas por una parte con la crisis de la sociedade y de la cultura liberales, y con la crisis de la política y de la cultura del socialismo formado en la envoltura ideológica de la II Internacional, por la outra”. (Aricó, 1978: p.XV).

O que significa dizer que a leitura de Marx através de Croce, Sorel e Gobetti possibilitou a Mariátegui ter uma compreensão distinta da realidade peruana e latino-americana das feitas por outros marxistas, igualmente a sua leitura de Lênin valorizou o significado da Revolução de Outubro, da vanguarda, do bolchevismo, e isso o levou à formulação de novos elementos para a teoria política.

Essa formulação foi capaz de criar mecanismos ativos para a transformação da realidade peruana e latino-americana através da ação de vanguarda do movimento operário e de sua potencial aliança com o movimento camponês (Aricó, idem: p.XX). Se a ação de Lênin pautou como movimento transformar a questão agrária russa em questão dos camponeses Sociais Revolucionários, através de uma via americana no campo, Mariátegui formulou a tese de pautar a questão agrária como questão indígena, objetivando o incentivo ao cooperativismo.

Dessa forma, os estudos realizados por Mariátegui, na Itália, possibilitaram-lhe o encontro de seu pensamento com o de Lênin, o que se tornará essencial para a compreensão de sua obra. A definição de Mariátegui pelo leninismo terá duplo caráter: o de reconhecê-lo enquanto artífice da Revolução de Outubro e também como pensador da política. Nessa dimensão, Lênin ganhará sua tradução no esforço de Mariátegui na construção partidária e organização da classe operária e também na construção de um marxismo aberto ao debate de correntes políticas e culturais de seu tempo. Destaca-se nessa leitura leniniana de Mariátegui seu esforço por achar um corolário, por onde se daria a aliança entre o nascente proletariado e a imensa classe camponesa peruana.

Foi através dessa vertente que desenvolveu a abordagem sobre a crise da democracia liberal e o ascenso do fascismo. Em seus textos sobre este movimento ou sobre seus atores, como Benito Mussolini, Gabriele D'Annunzio, Pirandello, tentou desenvolver o raciocínio de que o fascismo não era uma exceção italiana, mas sim um fenômeno internacional possível de desenvolver-se dentro da lógica da história, sendo expressão dos monopólios e do imperialismo em sua necessidade de derrotar o proletariado. As hordas do *fascio eram* a “anti-revolução (...) a contra-revolução”. Mariátegui entendeu o fascismo como uma resposta do grande capital a uma crise social e potencial revolucionária, sendo que as classes dominantes não se sentiam defendidas pelas instituições democráticas liberais e pelas leis e tinham a necessidade de agir e portar-se de maneira contra insurgente.

O autor dos *Sete Ensaíos* observa que o Partido Socialista Italiano foi incapaz de perceber a necessidade de uma aliança mais ampla do proletariado com os setores medianos da sociedade. Estes setores sentiam-se prejudicados com a partilha do butim da I. Guerra, enquanto o proletariado, “neuro” durante o conflito, era o beneficiado com a conquista do Estado em aumentos salariais e programa sociais, frutos de uma guerra da qual tinha se recusado a participar. A *picola burghesia* era na verdade a que sofrera perdas; almejou ganhos e benefícios que não teve, além de se ver prejudicada pelos aumentos de impostos e pela proletarização de suas camadas. Esta classe necessitava de um programa político mais amplo, que abarcasse suas necessidades e anseios. A falta de sensibilidade política e o desdém de alguns líderes socialistas empurraram as classes médias a uma situação de inimizade com o proletariado e de ver melhores oportunidades na ação do *fascio*.

Dessa forma, o capital monopolista instrumentalizou as classes médias para a ação política beligerante. O grande capital culpabilizou as massas despossuídas pelos problemas nacionais, o regime parlamentar pela inoperância, e a luta do proletariado como responsáveis pelo caos e crise social. A resposta fascista foi o desenvolvimento de um estado autoritário, vertical, onde se cultuava a violência e se estruturou um modelo cooperativo

vertical. No ponto de vista de Mariátegui, a resposta fascista deveria tornar-se um agravante na crise internacional.

#### **d) a descoberta do Peru e a idade da Revolução**

Em 1923, Mariátegui, Anna Chiappe e seu filho Sandro seguem para a Alemanha, o plano original era ir até a Rússia, idéia que não se concretizou. Nesse país leu o *O Capital*, de Marx, o que lhe deu certeza de “que não há salvação para a Indo - América sem a ciência e pensamento ocidental”, fortalece dessa forma seu vínculo com as particularidades expostas pela realidade latino-americana e peruana. Mariátegui salienta que na Europa, além de desposar uma mulher e algumas idéias, descobriu o Peru e a Indo - América, como se pode perceber na carta a Waldo Frank: “como él yo no me senti americano sino en Europa. Por los caminos de Europa encuentre el país de América yo había dejado y en el que habbía vivido casi extraño y ausente” (Mariátegui *apud* Aricó: p. XIX).

Em 18 de Março de 1923, retorna ao Peru; é recebido como um “poeta de autêntica inspiração e refinado sentido estético” (Bellotto & Correa: *idem*, p.17). Num primeiro momento, ainda é visto com desconfiança por setores que não gostaram de sua ida à Europa. Nesse ínterim, fica afastado da atividade pública, mas é convidado por Haya de La Torre, a quem conheceu em 1918, a contribuir numa manifestação contra a dedicação do Peru ao Sagrado Coração de Jesus pelo Arcebispo de Lima e o presidente Leguía. As lutas se intensificam com forte repressão e a morte de um operário e um estudante. Mariátegui, resistente inicialmente, adere aos protestos. Com isso, passa a se articular politicamente, envolvendo-se com o núcleo da futura Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) e lecionando política internacional na Universidade Livre González Prada (ULGP), organizada por Haya de La Torre, dando início a sua terceira fase, a revolucionária.

Em outubro de 1923, Haya de La Torre é preso e em seguida exilado no México. Com o exílio de La Torre, Mariátegui passa a ser o principal dirigente

da esquerda peruana, assumindo a direção, interinamente, da revista peruana *Claridad*, cujo quinto número foi dedicado a Lênin. Nesse período realiza estudos, conferências, visando à construção de uma análise marxista da realidade peruana e à construção do socialismo em seu país. Este esforço é fatigante e a sua saúde é frágil, levando à sua internação, quando foi constatado um tumor em sua perna, sendo necessário amputá-la. (Pericás, 2005: p 25)

Um pouco depois, em setembro de 1926, funda a revista *Amauta*, que significa em quéchuá sábio, mestre, apelido que será muitas vezes dado ao próprio Mariátegui pelos seus amigos e companheiros. Esta revista será marcada por um esforço plural; nela serão discutidos temas da realidade peruana e latino americana, como também artigos sobre artes, literatura, educação. A preocupação da revista será a constituição de um amplo debate programático. Vários dos textos publicados nesse periódico comporão depois o principal livro de José Carlos Mariátegui, os *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. Nesse momento, Mariátegui constata as modificações na situação política da sociedade peruana, a modernização e urbanização promovida pelo Oncenio e o intervalo revelado pelas políticas de Leguia, entre as promessas de democracia formal e a ditadura. Dessa forma, seu esforço político segue em gerar consistência de classe teórica e prática aos movimentos proletários. Dedicou-se, com incansável atividade política, a promover na classe trabalhadora a confiança em si mesma, a responsabilidade política para se organizar, em um processo de maturidade, preparando-se para assumir a direção econômica, política e cultural de uma nova e mais elevada concepção de mundo e de sociedade. Dessa atividade resulta o jornal proletário *O Labor*, que será até os dias atuais o órgão da Central Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP), fundada em 1929.

Em 1928, chega a notícia de que a célula mexicana do A.P.R.A., através de iniciativa de Haya de La Torre, decidiu pela transformação da Frente Ampla em partido nacional. Mariátegui contesta a decisão mandando uma carta a La Torre e a sua célula. Com isso, abriu-se um profundo debate na esquerda peruana e também latino-americana.

### e) Haya de La Torre

Haya de La Torre tomou a iniciativa de constituir a A.P.R.A, “*o Kuomintang latino-americano*”, como coerência natural de dois fenômenos: o impacto causado pelas revoluções mexicana e russa e a pregação feita pela reforma universitária de Córdoba. Ambos os movimentos assinalavam o descontentamento dos de baixo e o avanço de idéias e necessidades soberanas no terreno latino-americano. La Torre, que havia sido dirigente das mobilizações estudantis e liderança emergente no início dos anos vinte no Peru, por sua atividade anti-ditadura Leguía, é exilado no México.

No México, torna-se secretário particular de José Vasconcelos, ministro da educação. Toma a iniciativa de constituir a A.P.R.A. Este movimento foi recebido com entusiasmo em círculos políticos de vários países latino americanos por causa de seus cinco pontos: *antiimperialismo, unidade latino-americana, estatização dos tesouros do solo e bens de raiz, internacionalização do canal do Panamá e solidariedade com os povos oprimidos do mundo*. Nesse período, em diversos países, constituíram-se comitês antiimperialistas, e onde os comitês eram oriundos das propostas de Universidades Populares, propagadas pelo Manifesto de Córdoba, sua penetração social foi maior.

O ambiente político em transformação, o exemplo da revolução russa e o leninismo enquanto doutrina ditavam a “possibilidade de pensar os processos de transformação das sociedades não européias segundo uma perspectiva socialista”. (Aricó, idem: p.437). No II congresso da Internacional Comunista (IC, Comintern), essa premissa ganhou relevo com as teses apresentadas por Lênin e M.N. Roy, indicando ainda o papel das lutas políticas nos países coloniais e não europeus na revolução mundial, também ressaltando o caráter autônomo dos movimentos de libertação nacional, sua potencialidade antiimperialista e anticapitalista. (Löwy, 1999: p.77, II Congresso da IC, 2007).

Esta perspectiva ampliava a elaboração política, admitindo potencialidades revolucionárias de movimentos que não fossem

essencialmente subordinados à classe operária, valorizava e aproximava setores populares e de classes intermediárias para a transformação social. Nesse tempo, a elaboração e a compreensão dos problemas políticos e sociais latino-americanos pelos dirigentes da III Internacional eram confusas, normalmente vinham embalados em menções a colônias inglesas e francesas da África ou Ásia.

A ascensão da revolução chinesa, em 1923, com forte componente camponês e antiimperialista, traz novos horizontes ao debate sul-americano.

O exemplo da China ajudava a observar com novos olhos a singular experiência mexicana, inicialmente subestimada como fenômeno de caos e de atraso. Com a celeridade característica dos processos de difusão dos grandes eventos revolucionários, surgiu rapidamente a idéia segundo a qual os países latino-americanos estavam maduros para uma 'via chinesa', que na ausência de uma elaboração estratégica específica, aparecia como um modelo (Aricó, idem: p. 441).

Neste momento, Haya de La Torre se identificava com o marxismo e buscou entendê-lo em duas dimensões: a primeira, de ordem política, criando um modelo organizativo adaptado à realidade latino americana; a segunda, de ordem filosófica, tentando desenvolver um marxismo aos moldes latino americano, ou seja, de uma visão não européia. Seu esforço nesse período é buscar um marxismo liberto de suas raízes eurocêntricas, tendo como base a definição de *indoamérica*. No período em que passa na Europa (1924-27) e a partir dos estudos que realiza sobre Marx, Hegel e Einstein desenvolve uma teoria que construía um *Espaço-tempo-Histórico* da realidade latino americana. Dessa maneira, haveria tempos e espaços relativos para aplicação de atividades e desenvolvimentos econômicos. Ou seja, enquanto na Europa vivia-se um tempo em que estavam maduras as condições para a superação do capitalismo, no caso latino americano o tempo seria outro e o desenvolvimento econômico também, decorrendo daí outras atitudes e tarefas políticas (Betancourt, 1995: p79 ).

Nesse sentido, “as assim chamadas leis históricas e sua aplicabilidade universal são contudo condicionadas pela relatividade do ponto de observação. Isto é, do ponto de vista do *espacio-tiempo-historico* indo-americano, a história mundial nunca será aquela que o filósofo contempla a partir do *espacio-tiempo-historico-europeu*” (La Torre, apud Betamcourt, p.83). Portanto, passa a questionar a concepção marxista de história, buscando a “superação do marxismo, o atalho que o leva a demonstrar a inadequação da formula marxista à América, especialmente em sua variante leninista da doutrina do imperialismo” (FERREIRA, 1971, pág. 278 *apud* Deveza).

Pois o “*descobrimento*” europeu foi um evento em um continente que já carregava sua própria história nas antigas civilizações americanas. “A chegada dos brancos transformou a trajetória evolutiva das culturas aborígenes, mas não alterou seu passado” (La Torre citado por Ferreira, pág. 272). Assim “o aprismo aplica, pois, a filosofia da história, o novo conceito científico e filosófico de espaço-tempo. E La Torre se baseia nisso para analisar as condições objetivas da realidade social da Indo-América, bem como, para interpretar seu desenvolvimento histórico. Consequentemente ele não aceita que nossa realidade deva ser interpretada a partir da Europa. Sua interpretação deve, antes, provir do Espaço-tiempo-historicoindo-americano” (La Torre, *apud* Betamcourt, p 84).

O resultado dessa compreensão de tempos distintos e tarefas práticas diferentes seria a de que teríamos uma profunda dualidade no terreno latino americano entre o tempo e o espaço. O imperialismo representava o início do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos e a construção de elementos de uma sociedade moderna, frente ao sistema semi-feudal. Nesse momento, o imperialismo jogava um papel positivo enquanto trazia a técnica, o capital e o progresso, e deslocava o poder feudal. Porém, ao mesmo tempo, observava que este expressava um lado negativo, já que a dominação estrangeira impedia a formação de uma autêntica economia capitalista nacional e soberana. A fragilidade da burguesia nativa, servil aos interesses estrangeiros, o encastelamento das classes feudais beneficiadas pelo estado

de coisas, colocava a classe média como o principal agente da transformação social. Essa, composta por pequenos e médios proprietários, empregados qualificados e intelectuais, era a principal classe na luta antiimperialista e agente ativo na luta pela desfeudalização e pela construção de um autêntico capitalismo nacional. A classe média é a classe progressista por excelência, líder da direção política nacional, pois é

“a porção mais culta, mas consciente, mais alerta de nossas coletividades: superior a burguesia improvisada, ao capitalista crioulo tributário do estrangeiro, geralmente ignorante, mentalmente apátrida e só vestido e envernizado de homem culto. A essa classe média (os pequenos proprietários, os pequenos produtores mineiros, os pequenos comerciantes, os intelectuais, etc.) pertence também por consciência e tradição um bom setor de nosso proletariado mais capaz, ou nosso artesanato mais antigo...”  
( La Torre citado por Ferreira, 1971, p.272).

Da mesma forma, La Torre observa que para a classe média cumprir seu papel e alçar ao estado, precisa de uma forte aliança antiimperialista, capaz de promover e controlar o capital estrangeiro. Para se tornar poder, a classe média precisa impulsionar os setores populares, organizando uma frente política com os operários e camponeses, sendo ela a direção política. Por uma questão de imaturidade do tempo histórico, a incipiente classe operária peruana era ainda fascinada por vantagens imediatas e o indu-campesinato, ao qual dedica muito de seu discurso, é visto em um nível cultural inferior, por conta da servidão e do latifúndio, sendo assim incapaz de ser a classe revolucionária “a grande maioria trabalhadora do país... em razão direta com as formas primitivas, feudais ou semif feudais da produção agrícola (uma) classe sem cultura geral ou técnica (...) e embora seja numericamente a maioria da classe trabalhadora do país, em qualidade, por seu grau primitivo de técnica no trabalho de cultura (a classe camponesa) não está capacitada a dominar por si a coletividade e conduzir o governo” (La Torre citado por Ferreira, 1971, p.280). Assim, a *revolução Indoamericana*, embora inspirada na raça indígena e em

sua tradição, precisa sair de sua própria ignorância através de setores médios intelectualizados.

#### **f) Mariátegui.**

A preocupação de José Carlos Mariátegui é semelhante inicialmente a de Haya de La Torre em dois grandes aspectos: a) busca constituir uma interpretação para a América Latina; b) objetiva a construção de uma ação transformadora através dos indígenas.

Se as agendas são parecidas, as conclusões seguem caminhos diferentes. Para Mariátegui, o marxismo representará um método para a constituição e enraizamento do marxismo no continente, ou seja, a partir do Amauta, o marxismo deixa de ser uma explicação histórica para a sociedade para tornar-se explicação original e nativa dessa sociedade (Betancourt, 1994: p. 116).

Ele partirá da universalidade do marxismo para incorporá-lo à especificidade indo-americana, sendo esta *criação heróica*, parte da adaptabilidade da dialética às diferentes realidades históricas. “Mariátegui tenta, pois, na sua teoria, manter um equilíbrio entre o nacional, respectivamente latino-americano e o universal, ou como ele diz muitas vezes – o internacional. Mais precisamente, por se preocupar com este equilíbrio, levanta-se contra ele a acusação do europeísmo.” (Betancourt, idem:p.117).

Parte das fileiras da A.P.R.A a acusação de europeizado, tal pecha tem a finalidade de demonstrar que o pensamento de Mariátegui era originalmente europeu (marxista) e que o de La Torre seria latino-americano (aprista). Isso seria um meio de desqualificar o marxismo enquanto teoria que respondesse às especificidades peruanas e latino-americanas, e na verdade o marxismo, enquanto pensamento europeu, não conseguiria romper suas origens históricas e expressar-se como autêntico e original em outras realidades. Em contraste com essa idéia, o marxismo apresentado por Mariátegui revela-se como uma metodologia que deve ser desenvolvida criativamente, possibilitando várias maneiras de pensar, sendo que o marxismo europeu “não representa pois o

marxismo que deva ser empregado em toda parte. Antes significa ele uma figura concreta do marxismo, isto é, um modelo cuja articulação reflete referencia contextual e cultural e que, por isso, não pode ser transferido nem imediata nem mecanicamente para outras regiões do mundo” ( Betancourt, idem: 119).

Mariátegui vislumbra assim a superação da perspectiva europeia como a única possível ao desenvolvimento de um pensamento original marxista. Esse deveria ser desenvolvido como instrumento dialético para entender a realidade histórica e desenvolver análises dentro das perspectivas culturais e nacionais de diversos povos. Dessa maneira, conclui: “não queremos, certamente que o socialismo seja, na América, cópia ou decalque. Deve ser criação heróica. Temos que dar a vida, com a nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis aqui uma missão digna de uma nova geração” (Mariátegui, idem: p 32).

No debate indígena, sua observação segue em outro caminho, para ele é necessário realizar um balanço histórico do processo indígena. Ele separa a história em antes da conquista, a conquista e a república. Antes da conquista, havia no império Inca uma sociedade avançada com práticas coletivistas e uma religião social que fazia com que todos se auxiliassem e participassem plenamente da sociedade. Com a conquista, essa sociedade coletiva e comunista primitiva foi destruída, em seu lugar foi implantado um sistema feudal que passou a utilizar o índio como mão de obra servil. A Revolução pela Independência não se constitui num movimento indígena. Foi promovida e desfrutada pelos crioulos e espanhóis das colônias, tirando assim o apoio da massa indígena. O Programa liberal da Revolução, com suas leis e decretos favoráveis aos índios, não conseguiu intento pela ausência de governantes capazes de aplicá-lo.

A aristocracia latifundiária da Colônia, dona do poder, conserva intactos seus direitos feudais sobre a terra e, também, sobre o índio. Nada pode ser feito contra o feudalismo reinante, embora também constate a servidão e o latifúndio como alguns dos males a serem extirpados pela revolução. Mariátegui retira das tradições indígenas, presentes no campesinato, “a manifestação criadora” da revolução

socialista em um país como o Peru. Ele vai adaptar o papel que o marxismo dá ao campesinato como uma das bases da revolução socialista à realidade peruana, ou seja, as tradições comunitárias e religiosas dos *Ayllu*, inspirando a cooperação socialista, são elementos que tornam possíveis uma revolução socialista em um país com escassa classe operária. “Está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que registra a história é a Incaica” (Mariátegui, *idem*: p.44). Ou seja, a tradição indígena e a religião serviriam como memória reprimida que potencializaria o índio a assumir o socialismo como sua perspectiva futura e presente.

Quanto ao debate do Antiimperialismo e ao papel das classes médias, Mariátegui observa que, apesar da economia dos países latinos estar sendo dominada pelas forças imperialistas, não via a possibilidade da formação de um Kuomintang Latino Americano, como pregava Haya de La Torre. A seu ver, a aristocracia e a burguesia de países do oriente tinham uma identidade de orgulho e história com o seu país, a burguesia peruana e latina se identifica com o opressor pela questão da raça:

O chinês nobre ou burguês sente-se profundamente chinês. Ao desprezo do branco por sua cultura estratificada e decrépita, responde com o desprezo e o orgulho de sua tradição milenar. A antiimperialismo na China pode, portanto, basear-se no sentimento e no fator nacionalista. Na Indo-América as circunstâncias não são as mesmas. A aristocracia e a burguesia nacional não se sentem solidarizadas com o povo pelo laço de uma história e de uma cultura comuns. No Peru, o aristocrata e o burguês brancos desprezam o popular, o nacional. Sentem-se, acima de tudo, brancos. (Mariátegui, 1929)

Ou seja, na América Latina não seria possível a constituição de um sentimento nacionalista burguês, a não ser em países ricos como a Argentina, mas mesmo neste país o sentimento não seria de integração dos setores marginalizados, mas de disputa por mercados estrangeiros. No caso peruano, os burgueses sentem-se donos do poder político, por isso não vêm a

necessidade de um movimento soberano. A pequena burguesia, no modo de ver de Mariátegui, não apresenta a liderança e a mesma profundidade política que é demonstrada em La Torre, Mariátegui vê a classe média como sensível as idéias da luta nacionalista, mas também suscetível a ser seduzida pelos salários melhores das empresas estrangeiras, o que esmorecia seu ânimo.

E a pequena burguesia, cujo papel na luta contra o imperialismo é tão superestimado, necessariamente se opõe à penetração imperialista, como tanto se diz? Sem dúvida, a pequena burguesia é a classe social mais sensível ao prestígio dos mitos nacionalistas. Mas o fato econômico que acompanha a questão é o seguinte(...) A empresa ianque representa melhor salário, possibilidade de promoção, emancipação do empreguismo do Estado, no qual não há futuro, exceto para os especuladores. Este fato atua decisivamente na consciência do pequeno-burguês, que busca ou possui um posto de trabalho. Nestes países de pauperismo espanhol, repetimos a situação das classes médias não é a mesma constatada nos países em que estas classes passaram por um período de livre concorrência, de crescimento capitalista propício à iniciativa e ao sucesso individuais, à opressão dos grandes monopólios. (Mariátegui, idem)

De igual maneira, compreendia que a APRA só podia existir enquanto frente, nunca enquanto um partido, pois o antimperialismo não expressava um programa, era impossível realizar-se, pois não conseguia superar os antagonismos de classes. E conclui que na maioria dos países sul-americanos só o movimento operário em aliança com o campesino é capaz de realizar uma política efetiva contra o imperialismo.

### **g) A formação do Partido Socialista Peruano**

O desfecho desse debate será a iniciativa de Mariátegui e dos membros da célula dos sete de formarem um partido marxista peruano, o Partido Socialista do Peru, PSP. Essa organização se vinculará a III Internacional Comunista e José Carlos Mariátegui será seu primeiro Secretário Geral. Será

por meio dessa organização que o Amauta apresentará suas teses sobre a questão indo-americana e sobre o imperialismo nas conferências sindicais e dos partidos comunistas, de 1929, em Montevideu e Buenos Aires. Um pouco depois da realização dessas reuniões, por causa de sua enfermidade, que se agravava, vem a falecer em 18 de abril de 1929. Um pouco antes disso acontecer, comunicado dos resultados, tomou duas iniciativas, uma política e outra de ordem pessoal. A de ordem política foi acatar a mudança de nome sugerida pela conferência de PSP para Partido Comunista do Peru e a segunda, em véspera de sua morte, foi indicar Eudocio Ravines para seu lugar na secretaria geral do PCP.

## Capítulo III

### A III Internacional, a aliança operária - Camponesa e o pensamento de José Carlos Mariátegui

A Internacional Comunista foi fundada em 1919 e realizou de 1919 a 1943, sete congressos. Trataremos aqui dos congressos e de que forma eles podem ter influenciado na elaboração de José Carlos Mariátegui.

#### a) I Congresso, os primeiros sinais do debate.

O primeiro congresso da Internacional comunista é realizado em março de 1919, a Internacional é fundada sobre o impacto da Revolução Russa e em meio à guerra civil. Apesar do momento delicado, o ascenso dos movimentos operários nos países europeus davam aos discursos um tom animado e otimista no futuro do soviets, levando Lenin em seu discurso de abertura, à saudar os delegados com as seguintes palavras *“a burguesia pode maltratar; pode também assassinar milhares de operários – mas a vitória é nossa, a vitória da revolução comunista mundial esta assegurada”* (Lenin, 1988:p.57). Lenin no discurso sobre as suas teses, afirma que a construção do soviets no campo foram partes essenciais da Revolução de Outubro e salienta que no campo, a revolução russa foi burguesa no campo em aliança com a revolução proletária na cidade. *“Para o campo, nossa revolução continua a ser burguesa (...), pois a Rússia é um país atrasado. Isso será totalmente diferente na Europa Ocidental e é por isso que devemos sublinhar a necessidade absoluta da expansão do sistema dos Sovietes e também entre a população rural em formas correspondentes e talvez novas”* (Lênin, idem: p. 70)

Também no Manifesto de fundação da IC é conclamado que *“só a revolução proletária pode garantir aos pequenos povos suas existência livre (...) Só ela dará aos povos mais fracos e menos populosos a possibilidade de administrar com liberdade e independência absoluta sua cultura nacional, sem*

impor o menor dano à vida econômica unificada e centralizada da Europa e do mundo” (Lênin, idem: 101).

Esse temário envolvendo a questão nacional, países coloniais, semicoloniais e sua imensa massa de camponeses ganham maior relevo no II congresso, realizado no ano de 1920.

## **b) os congressos e a questão colonial e o debate camponês**

No segundo congresso o debate sobre a questão colonial e semicolonial recebem maior importância com uma comissão para discutir o tema, contando com a participação de Lenin e com importante contribuição do comunista Indu Manabendra Nath Roy. Este sustentava que o desenvolvimento do comunismo mundial dependia da revolução no oriente, queria avançar a consciência das classes camponesas e proletárias evitando o domínio burguês, colocava como principal tarefa da IC, a constituição de partidos comunistas de operários e camponeses. Igualmente propunha que o movimento comunista podia liderar este movimento desde a primeira fase, já que o proletariado e os camponeses eram atrasados política e culturalmente, mas havia nas indústrias modernas estrangeiras, uma camada de operários especializados que tinha um padrão de vida e cultura melhor, sensíveis a associação política e sindical, sendo o papel dos PCs ganhar essa camada de classe média para a direção política da revolução.

Por sua vez, Lenin ia em outra direção, este imaginava que a aliança temporária com burguesias coloniais, poderia bloquear a ação imperialista na ameaçada fronteira soviética, dessa forma, via que a liderança do movimento anti-colonial seria democrático-burguês pela ação que cumpria a classe camponesa dentro das relações econômicas. Ao cabo do debate aprovou-se a resolução que afirma a existência de uma distinção entre *nações oprimidas* e *nações opressoras*. Essa distinção ia de encontro às teses sobre as relações envolvendo países imperialistas e coloniais. A IC observava os países coloniais como sendo a principal fonte de manutenção das relações capitalistas. A quebra dessa lógica era imaginada então, como aprofundador da crise nas relações capitalistas.

El rasgo distintivo del imperialismo consiste en que actualmente, como podemos ver, el mundo se halla dividido, por un lado, en un gran número de naciones oprimidas y, por otro, en un número insignificante de naciones opresoras, que disponen de riquezas colosales y de poderosa fuerza militar. (...) (Lênin, 1920)

Lenin igualmente relata que foi discutido se era correto ou não a IC apoiar movimentos democráticos burgueses, chegando a conclusão de que a incipiência dos movimentos proletários e a imensa maioria da população camponesa apontavam para uma conceituação de movimento revolucionário-nacional, pois as relações camponesas são relações capitalistas burguesas. De igual forma julgaram que o papel dos partidos proletários seria manter relações com os movimentos camponeses, os apoiando na prática. Igualmente, o relator descrevia que havia contradições entre a burguesia imperialista e nacional, que na maioria dos casos, as burguesias dos países coloniais era solidária a burguesia imperialista, mas havia exceções, e que portanto a IC, só apoiaria os movimentos nacionais capitaneados pela burguesia se esses assumissem o duplo compromisso de enfrentar os restos de feudalismo e o imperialismo. O mesmo documento aponta como tarefa dos comunistas, o incentivo à constituição de sovietes de camponeses já que

La idea de la organización soviética es una idea sencilla, capaz de ser aplicada no sólo a las relaciones proletarias, sino también a las campesinas feudales y semifeudales. (...) los Soviets de trabajadores, en todas partes, en los países atrasados y en las colonias, es un deber indeclinable de los partidos comunistas y de quienes están dispuestos a organizarlos. (Lênin, idem)

Lenin, parte da seguinte abordagem: nos países onde predominam relações pré-capitalistas, com modo asiático de produção, a passagem para a etapa socialista, seria possível com a ajuda de processos em outros países mais avançados.

Segundo Fernando Claudin, essa mudança de enfoque da revolução europeia para a vislumbrar a periferia do capitalismo, tanto de Lenin como da Internacional Comunista é resultado do refluxo da revolução nos países

européus de um lado, do ascenso de lutas nos países periféricos, de outro. Isso combinou-se com a participação no II congresso de organizações comunistas de países coloniais e semicoloniais, resultado do primeiro congresso comunista de partidos de países coloniais e semicoloniais realizado em Baku.

Todo esse cenário possibilitou que o debate do segundo congresso tivesse uma abordagem menos eurocêntrica do que o I congresso, porém o mesmo Claudín chama atenção que apesar do esforço leniniano, as queixas contra o eurocentrismo se multiplicam no III congresso, por delegados do Japão, México, Índia, Indonésia, sendo que o informe sobre os países coloniais e semicoloniais recebeu apenas cinco minutos de tempo do congresso, levando ao já citado Roy formalizar um protesto junto a mesa diretiva.

Entre o II e III congresso, a IC havia acumulado experiência com as lutas na Índia contra a ocupação inglesa, uma revolução em curso na China comandada por Sun Yat Sen, além da experiência do movimento nacionalista de Mustafá Kemal na Turquia, que apesar de ter se armado com ajuda do Governo Soviético, reprimiu violentamente as manifestações proletárias e camponesas, além de ter aprisionado e matado parte da cúpula do Partido Comunista Turco, e paradoxalmente era tido como aliado pelos soviéticos em virtude do papel que cumpria na defesa da fronteira sul da jovem federação socialista. ( Claudin, 1980: p. 201).

O debate volta à tona no IV congresso , com o avanço das manifestações revolucionárias nos países orientais, em especial: China e Índia, dessa forma a IC busca aprofundar a compreensão das relações agrárias feudais, burguesias nativas (compradora e exportadora) com o imperialismo, papel das classes burguesas antiimperialistas, das classe médias. E de outro lado, observa que na maioria dos países, somente a revolução agrária e os camponeses se opõem a dominação imperialista e que a insurgência dessa classe, aponta tanto para a superação do feudalismo e imperialismo, como pode estabelecer novas relações coletivas. É observado a necessidade de constituir-se Frentes Antiimperialistas com todos os setores que se agregem, mas seguia a ressalva do II congresso, da necessidade de manter-se a

independência organizativa e política do proletariado e de seu partido, dentro da frente antiimperialista.

Nesse momento, Lenin, observando o desenvolvimento combinado da indústria moderna e das relações pré-capitalistas, vislumbrou a possibilidade de ir-se a revolução socialista diretamente, sem passar pelo processo nacional burguês. Igualmente chegou a rascunhar a hipótese de se ter partidos comunistas de maioria camponesa, como depois vieram a fazer Ho Chi Mim, que fora um dos participantes dos congressos desses tempos de IC e Mao Tse Tung. (Claudín, idem: p 211 à 219).

### **c) mudança de abordagem, V e VI congresso**

Após a morte de Lenin, Fernando Claudín e Edward Hallett Carr, observam uma mudança de comportamento no V e VI congresso com o início da bochevização da Internacional e a sua paulatina subordinação aos interesses do núcleo stalinista, dominante no PC soviético.

Este momento é marcado por um forte avanço da revolução chinesa, que através de seu primeiro líder, o nacionalista Sun Yat-Sem, pedirá ajuda militar a República Soviética e se declara amigo da revolução russa. A IC recomendará, contra a vontade de dirigentes e militantes do PC Chinês, que este partido se filie ao Kuomintang, partido de Yat-Sem e subordine-se a sua disciplina. Nesse mesmo momento, as lutas operárias se intensificam e a revolução camponesa ganha imensas proporções. Igualmente, a IC recomenda ao PC que detenha os ânimos dos de baixo. Em 1926, ocorre o famoso massacre de Catão, quando os exércitos de Chiang Kai-Chek, já então líder do Kuomintang, atacam militarmente os operários e os comunistas. A Internacional deduz que era a reação da direita burguesa no processo nacionalista, e propõe ao PC chinês aliar-se aos pequenos burgueses em Wuhan, que havia virado “o centro da revolução”. O mesmo processo ocorre pouco depois nesta região, levando a um novo massacre de comunistas. Só anos mais tarde, distante das ordens diretas da IC e no enfrentamento com os japoneses é que Mao Tse Tung pode organizar o exército de camponeses, que realizaria a revolução

chinesa. Nikolai Bukharin, então à frente da Internacional, responsabiliza o PC Chinês pelos acontecidos.

O momento conjuntural é para IC e o PCUS, de possível guerra e invasão da URSS, pelos ingleses. Este temor faz com que a URSS passe a buscar aliança com todos os setores, em especial a burguesia nacional, este movimento visa arrefecer esta ação inglesa. O reflexo dessa avaliação conjuntural é o recuo nas formulações desenvolvidas nos II e IV congresso sobre a questão nacional e camponesa.

No V congresso, os relatórios de Dimitri Manuilski sobre a questão nacional e de Vasil Kolarov, sobre a questão agrária limitaram-se a comentar os casos de opressões dos estados imperialistas e a necessidade de organização camponesa nos países europeus. Houve ainda, discursos de M.N. Roy mostrando as diferenças entre os movimentos e as classes sociais na luta nacional e apresentando como estratégia, a formação de sovietes camponeses e de Ho Chi Mim (Nguyem Ai Quoc) cobrando maior interação entre os partidos das colônias e metrópole, demonstrando que a grande massa da Indochina (95%) era camponesa. Wolf, representante do México, narrou a peculiaridade do processo revolucionário mexicano e as possibilidades de avanço. Mas as resoluções foram no sentido de priorizar a aliança com a burguesia nacional em luta, o eixo central do congresso e dos comunistas passava a ser a defesa da URSS. (Vigésima e vigésima quinta sessão do V congresso da IC).

Já o VI congresso continua marcado pelo clima de temor da invasão da URSS. Concluiu-se que, os motivadores de uma possível invasão devia-se a uma crise profunda do capitalismo, portanto, a invasão da URSS seria uma ação visando a própria manutenção da existência das relações burguesas. De igual sorte concluiu-se que, só havia naquele momento no mundo dois campos: o campo imperialista composto por liberais, fascistas e sociais democratas e o campo antiimperialista, feito por diversos movimentos de nacionalidades oprimidas, tendo a URSS como a principal liderança. Resultado dessa avaliação é que o mundo passaria por um acirramento da luta de classes, que

tomaria a forma de guerra de classe contra classe. Dessa maneira ficou definido que não haveria qualquer aliança com os opressores e que o trabalho da IC seria preparar-se organicamente para os embates. Este congresso marcado pela esquerdização, também será o primeiro a mencionar a ação do imperialismo estadunidense contra os demais países do continente, em especial a intervenção realizada na Nicarágua, em 1925 e a sublevação de indígenas, greves em vários países. O centro da luta continua sendo “movilizar a las masas en las colônias e incorporarlas a la lucha decisiva contra el imperialismo, por la liberación nacional, por la victoria de los obreros y los campesinos” (VI congresso, p.195).

A mudança de direção no V congresso, com a subida de uma direção bukharinista, valorizava mais a ação camponesa e colonial na luta antiimperialista. Há uma compreensão do papel exportador realizado pelas colônias e igualmente de certo desenvolvimento que esse promove, mas que essencialmente este desenvolvimento tem como objetivo servir a metrópole. De igual forma, compreende que nos países periféricos a maioria da população está vinculada a terra, vivendo relação de super-exploração do trabalho, que é desencadeada pelo imperialismo e pelos seus aliados nas colônias: o latifúndio e a burguesia comercial e financeira.

O processo de desenvolvimento das relações capitalistas impõe uma enorme desapropriação das terras e vai minando as relações comunais, através de tributação e do sistema de trabalho, ao mesmo tempo em que preserva formas de relações pré-capitalistas, como prestação de serviços. Outro aspecto é que o capital financeiro promove empréstimos à colônia, desenvolvendo parte da indústria de exportação, construção de armazéns e estradas de ferro, que servem para ampliar a dependência e fortalecer os elos de dominação. A forte exploração agrária e o êxodo rural são fermentos revolucionários que ativam a luta anticolonial, tanto nas cidades abarrotadas de pessoas super-exploradas como no campo, com o fantasma da perda do meio de sobrevivência.

Dessa maneira, o inimigo comum de todo esse processo é o imperialismo e o latifúndio feudal. A questão nacional unifica os interesses de diversos setores na luta antiimperialista e feudal. E a tese observa que a burguesia é um setor vacilante, tendendo a se unir ou a ser comprada pelo imperialismo. As classes pequeno-burguesas têm alguns setores que assumirão bandeiras revolucionárias e outras, que serão em verdade a consciência dos objetivos nacionais, utilizando inclusive, de linguagens e palavreado revolucionário para melhor enganar o proletariado e os camponês: os setores semi-proletários, sem ocupação fixa, desempregados que podem assumir a luta proletária, desde que disciplinados na frente de luta partidária e, principalmente, o campesinato “ El campesinato solo puede obtener su liberación bajo la dirección del proletariado, pero el proletariado solo en alianza con el campesinato puede llevar a la victoria la revolución democrático-burguesa”. Todo esse cenário colocava como a única aliança possível a do proletariado com o campesinato.

Apesar da tese, ser basicamente voltada para China, Índia e Indochina e só conter dois parágrafos sobre a América Latina, um observando genericamente suas lutas e outro, conclamando a construção de um bureau e de seções. Ressalta-se que houve também o documento de Jules Humbert-Droz, que apresentou o trabalho intitulado *Sobre Los Países de América Latina*, onde faz um apanhado geral do continente, destacando a Nicarágua e a *luta do general liberal Sandino*, que desencadeou uma série de movimentos camponeses. Esta abordagem foi generalizada a América Latina.

#### **d) os sete ensaios e a questão nacional e agrária.**

Utilizamos para compreender a questão camponesa e nacional em Mariátegui, centralmente, os três primeiros capítulos de seu principal livro, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, seu livro é uma obra em aberto como deixa claro: “*nenhum destes ensaios está acabado: não o estarão enquanto eu viver ou pensar acrescentar àquilo que eu escrevi, vivi e pensei*” (Mariátegui, 1975: p.XXII). Os textos foram originalmente produzidos e

publicados na revista *Amauta e Mundial*, e seus ensaios sofreram poucas alterações na edição em livro (Escorsin, 2006: p.214) Nesta obra apresenta sua leitura da realidade, os meios e as classes sociais para transformá-la. Sua leitura da sociedade peruana e, em certa medida, latino-americana, parte do pressuposto que a sociedade peruana é uma construção histórica, onde coexistem três economias: a comunista, a feudal e a capitalista, articuladas entre si e ocupando espaços geográficos distintos.

No primeiro ensaio estuda o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, através das distintas etapas da história peruana. Constata que na serra, sobrevive em pequenas aldeias e vilarejos, elementos culturais da economia comunista incaica, na baixa serra a economia feudal. E na costa, floresce obstruída pelo feudalismo, uma economia burguesa capitalista. Ao seu modo de ver persiste a matriz colonial da economia, o que dá forma e um caráter dependente e subordinado ao imperialismo, primeiro o inglês depois o americano.

A Conquista desarticulou a economia comunista incaica, foi um retrocesso social, já que “os conquistadores espanhóis destruíram naturalmente sem conseguir substituir, esta formidável máquina de produção” (Mariátegui, 1975: p.3) e o modelo feudal adotado foi incapaz de dinamizar o trabalho e garantir a reprodução da população, gerando vazios populacionais e produtivos que foram compensados pelo trabalho escravo negro.

A falha da organização colonial estava na base, falta-lhe um alicerce demográfico. Os espanhóis eram insuficientes para a exploração, em larga escala, das riquezas do território. E posto que, para o trabalho nas fazendas litorâneas, recorreu-se a importação de escravos negros; aos elementos e características de uma sociedade feudal, acrescentam-se elementos e características de uma sociedade escravista (Mariátegui, idem: p.4)

Somente os jesuítas foram capazes de desenvolver essa vocação coletiva ao trabalho dos indígenas “onde tão habilmente aproveitaram e exploraram a tendência natural dos indígenas para o comunismo (...) Sendo capazes de criar nos solos peruanos os centros de trabalho e produção, que os

doutores e frades entregues em Lima a uma vida mole e sensual, nunca se deram ao trabalho de estabelecer”. (Mariátegui, idem: p.5) Os conquistadores tinham como lógica a aventura e se preocuparam somente com a riqueza fácil que poderiam alcançar com a exploração do ouro e da prata e não com o estabelecimento e alicerces de uma sociedade. Daí resulta o desenvolvimento histórico posterior do Peru.

A segunda etapa da história peruana inicia-se com a revolução da independência e a construção da república, onde o desenvolvimento capitalista peruano sempre ficou retardado pela herança feudal e pela posição geográfica, longe dos países europeus, o que gerou um isolamento econômico do país. Só a partir da independência e depois com a extração do guano e salitre é que o Peru pode se articular de forma tosca com o capitalismo ocidental, em especial a Inglaterra. O custo disso foi um profundo endividamento do estado, agravado pela derrota na Guerra do Pacífico.

Em seguida, o próprio desenvolvimento e diversificação de produtos de exportação somados a inauguração do canal do Panamá, possibilitou a integração do país ao mercado internacional. Porém, o Peru é um país agrícola que é visto inclusive pelos países centrais dessa forma. Da agricultura vivem 80% da população, que mantém as práticas e culturas comunistas incaicas submetidos por regras espartanas do gamonalismo feudal, a seu ver, a superação do problema indígena estaria não no reconhecimento da nacionalidade ou na educação, mas sim, na solução da propriedade da terra. (Escárzaga, 1994: p.25)

Mariátegui, em consonância com os organismos da III Internacional, em especial no II, IV e VI Congressos da IC, compreendeu que a formação sócio-econômica peruana e latino-americana, se deu desde o primeiro momento da conquista, com as colônias sendo organizadas como empresas predatórias e comerciais a serviço dos interesses mercantilistas da Metrópole, e que seu desenvolvimento posterior, com a independência e consolidação de uma burguesia local, ocorreram inspirados de um lado nas idéias liberais e de outro, na afirmação de uma oligarquia subordinada à ordem burguesa internacional,

O interesse econômico das colônias da Espanha e o interesse econômico do ocidente capitalista identificavam-se totalmente (...) Logo que estas nações se tornaram independentes, guiadas pelo mesmo impulso natural que as levava à revolução de independência, procuraram no comércio com o capital e a indústria do ocidente, os elementos e as relações de que o incremento de suas economias necessitava. Para ocidente capitalista começaram enviar produtos de seu solo e subsolo. E do ocidente capitalista começaram a receber tecidos máquinas e inúmeros produtos industriais. Estabeleceu-se deste modo um contato contínuo e crescente entre a América do Sul e a civilização ocidental. (Mariátegui, idem: p.7).

Assim, para Mariátegui, a ordem social burguesa foi se firmando como um processo condicionado e definido para fora, ao mesmo tempo em que é bloqueado em seu desenvolvimento capitalista interno pelos resíduos de feudalismo, ou seja, as construções de um mercado e de uma cidadania burguesa estiveram desde sempre marcadas pelo passado colonial e pelas relações estrangeiras.

A guerra de conquista e a colonização espanhola significou a desarticulação e destruição dos elementos centrais da economia comunista dos Incas, a forma de produzir, viver e transmitir sua cultura e as instituições sociais e políticas foram vitimados pela ação violenta, pela pilhagem e o saque que objetivaram aniquilar um modo de vida. Mas não conseguiram destruir totalmente.

Comparando-a com o modo de produção dos Incas, a economia feudal implantada pelos espanhóis, significou um retrocesso em termos de racionalidade, pois não foi capaz de garantir a reprodução natural e o crescimento da população. A economia feudal levou a um despovoamento das costas litorâneas ao forçar os índios fugirem para a serra, e a solução de substituir a mão de obra indígena pela mão de obra escrava dos africanos criou imensos vazios e desequilíbrios populacionais.

Por isso, no Peru, a independência e a República foram marcadas por indefinições políticas; no plano ideológico: a constituição federal aponta para liberdades formais expressadas por idéias de inspiração jacobinas e liberais,

enquanto, no plano prático, as relações de produção favorecem o fortalecimento dos caudilhos e gamonalismo feudal.

Nos primeiros tempos da independência, a luta de facções e chefes militares aparece como uma conseqüência da falta de uma burguesia orgânica. A revolução encontrou no Peru, menos definidos e mais atrasados que em outros povos hispanos-americanos, os elementos de uma ordem liberal burguesa. Para que esta ordem funcionasse mais ou menos embrionariamente, era necessário constituir uma classe capitalista vigorosa. Enquanto esta ordem não se organizava, o poder estava á mercê dos caudilhos militares (Mariátegui, idem: p.10).

Para Mariátegui, duas foram as causas principais da independência das colônias espanholas: o conflito de interesses entre a população crioula e espanhola com a coroa por um lado e por outro, em plano mundial as necessidades de desenvolvimento do capitalismo. Isso ficou patente com o financiamento dado pela Inglaterra para formação de novas repúblicas, respondendo aos interesses existentes entre o desenvolvimento do capitalismo mundial e a dos grupos dominantes nas colônias. Com a independência, teve-se o primeiro impulso ao desenvolvimento do capitalismo na região, cresceu o comércio entre a América Latina e Europa, entraram capitais, imigrantes e se estabeleceu a democracia burguesa liberal, ao menos formalmente. Por sua vez, o Peru encontrava-se em profunda desvantagem com respeito a outros países da região, primeiro pelos resíduos coloniais em sua economia, depois com a falta de produtos atrativos para oferecer ao mercado mundial e por último pela longa distância que o separava da Europa.

Dessa maneira consolidou-se no Peru, como nos demais países da América, um processo de independência que apenas beneficiou as antigas classes proprietárias agrárias. De igual sorte, que a passagem de uma economia iminentemente agrária para a economia burguesa, processou-se pelo alto, de maneira passiva, sem envolver grandes transformações na ordem estrutural, deu-se uma metamorfose dentro da classe oligárquica, com setores

dessa vinculando-se ao comércio e às finanças, a participação popular foi, por princípio, evitada ou condicionada pela oligarquia.

Por intermédio dos chefes caudilhos, a burguesia foi se solidificando, isso se deu através do comércio exterior que foi beneficiado pela exploração estrangeira do guano e salitre, produtos rudes que tinha serventia para a indústria moderna que se consolidava na Inglaterra. O guano e o salitre fizeram com que a ação econômica organizada, no princípio colonial, na procura de metais preciosos na serra, se deslocasse para o litoral, onde passou a fortalecer as modernas relações de produção burguesas. Isso possibilitou que

o processo de transformação de nossa economia, do feudalismo para a burguesia; recebeu seu primeiro e enérgico impulso. Acredito indiscutível o fato de que, se no lugar de uma medíocre metamorfose da antiga classe dominante, se processasse o aparecimento de uma classe com energia e élan novos, esse processo teria avançado mais orgânica e seguramente (Mariátegui, idem: p.11)

A fácil exploração dos fertilizantes gerada pelo guano não exigia grande esforço e nem grande técnica, o que significou que as relações de produção feudal permaneceram praticamente intactas. As reservas de guano e o salitre foram nacionalizadas no Peru em 1870, o que aumentou o apetite de grandes potências e das grandes empresas inglesas que predominavam na extração desses produtos no Chile. Desencadeou-se Guerra do Pacífico (1879 a 1883) entre Chile, Bolívia e Peru. A derrota do Peru levou a perda dos territórios do sul que eram a origem das fontes desses produtos, como igualmente fez com que as ferrovias fossem entregues aos “banqueiros ingleses que até o momento financiavam a República” (Mariátegui, idem: p.12)

Com o fim do conflito ocorre uma reorganização econômica dinamizada pela diversificação agrícola e pela exploração de novas jazidas minerais, o que engendra no desenvolvimento no litoral do capitalismo urbano, com o estabelecimento de fábricas, usinas, transportes. Também ocorre o aparecimento de bancos nacionais e estrangeiros “que financiam diversas empresas industriais e comerciais, mas que se movimentam num âmbito

estreito, enfeudados ao interesses do capital estrangeiro e da grande propriedade agrária” (Mariátegui, idem: p.12). É também nesse instante que o volume de negócios e também de empréstimos realizados com os Estados Unidos começa a superar os realizados com a Inglaterra.

A partir deste momento, a constatação de Mariátegui é de que o Peru é um país capitalista, onde ocorre à articulação de três modos de produção, hegemonizados, na economia e na política, pelos interesses vinculados aos capitais das grandes potências. De igual maneira, as capacidades para o pleno desenvolvimento econômico peruano vêm sendo bloqueadas no plano interno pela ação dos grandes grupos de capitais privados estrangeiros. Sua conclusão é que o desenvolvimento peruano só poderia alcançar um estágio de otimização com ruptura com o padrão agrário de acumulação, portanto, com a acumulação capitalista. Na visão de Quijano, Mariátegui teve uma percepção aguçada das relações imperialistas e da composição da dependência política e econômica das classes dominantes nos países subalternos

“em especial, acerca del modo (em que el capitalismo em su etapa monopolista y bajo control imperialista), las relaciones serviles y semi-serviles y las eu procedían de la reciprocidad andina prehispánica concurrían a la formación de una única y conjunta estructura económico-social la cual, tendencialmente, había ya comenzando a moverse em la lógica de las necesidades del capital, pero manteniendo, al mismo tiempo, um lugar y peso aún decisivos de las relaciones de origen precapitalista y a los portadores de los intereses sociales correspondientes. La estructura de poder que allí estaba implicada dominada por una asociación de intereses entre burguesía y señorío terrateniente em el Estado, bajo la hegemonía de la primera y subordinada a la dominación imperialista, otorgaba a la luchas de lo dominados um carácter simultáneamente antisenoñrial, anticapitalista y antiimperialista. (Quijano,1991: p.43)

Portanto a preocupação dos *Sete ensaios* é interpretar para transformar: “contribuir para a criação do socialismo peruano”. E seus destinatários são os proletários, camponeses indígenas e intelectuais que compartilham este mesmo objetivo (Aricó, idem: p.XXII). Para Mariátegui, sendo o Peru um país

capitalista, as condições de luta para a revolução socialista estão dadas, assim como a classe operária é o principal sujeito dessa ação. Sendo assim, a sua preocupação é como promover a base leniniana para aliança entre o proletariado e o campesinato, Em seu entender o Peru é um país que “conserva apesar do incremento da mineração seu caráter de país agrícola. O cultivo da terra ocupa a grande maioria da população nacional. O índio que representa oitenta por cento desta população, é habitualmente e tradicionalmente, agricultor” (Mariátegui, idem: p.14)

A situação camponesa-indígena está condicionada pelas fazendas, que se dividem em formas diferentes de exploração e organização social. Mariátegui observa nuances entre as diferentes formas de exploração agrária: o consumo interno tem origem nas fazendas dos vales e planícies da serra, enquanto nas fazendas do litoral, as culturas do algodão e do açúcar são destinadas ao mercado externo.

A classe latifundiária não conseguiu se transformar numa burguesia capitalista dona da economia nacional. A mineração, o comércio e os transportes, encontram-se nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários contentaram-se com servi-lhes de intermediários na produção de algodão e açúcar. Este sistema econômico conservou, na agricultura uma organização semifeudal, que se constituiu no mais pesado lastro do desenvolvimento do país. (Mariátegui, idem: p.15)

O bloqueio ao desenvolvimento burguês realizado pelas fazendas é tão impressionante que chega mesmo a anemizar e a sufocar as cidades. Enquanto havia fazendas que viviam isoladas e auto-regradas, produzindo toneladas de produtos ao mercado externo, as municipalidades são condicionadas por regras e leis que as controlam. Por sua vez, o latifúndio desenvolve seus negócios com apoio e créditos captados no Estado e no mercado capitalista externo que o condiciona e o determina, sendo possível observar inclusive a entrada de empresas estrangeiras que passam a dominar os antigos latifúndios crioulos, hegemonizando não só por conta de seus capitais, mas principalmente, por que tais empresas têm uma racionalidade capitalista, voltada à disputa do mercado enquanto em determinado tipo de

feudo, predomina “herança e educação espanhola, que o impedem de perceber e entender nitidamente tudo aquilo que diferencia o capitalismo do feudalismo (...) O crioulo, tem a mentalidade da renda, antes que a da produção” (Mariátegui, idem: p. 18).

Se nos países europeus a dissolução do feudo levou a criação da propriedade capitalista, eminentemente urbana, no caso peruano “o sentido da emancipação republicana encomendou-se ao espírito do feudo – antítese e negação do espírito do burgo – a criação de uma economia capitalista” (Mariátegui, idem: p.19). Para Mariátegui, numa passagem que lembra a contribuição de Weber na ética protestante, faltou ao Peru a formação e organização de uma racionalidade capitalista que desenvolvesse uma ética, indicando uma ruptura definitiva com as formações sociais anteriores. Salienta em sua comparação a colonização havida nos Estados Unidos, onde o colono desenvolveu um projeto de ocupação que visava domesticar o território e o espaço, constituindo assim uma cultura e um modo de vida. Já o conquistador peruano, aparece como uma razão aventureira, homens em busca de presas fáceis, soldados da fortuna, cujo escopo limita-se ao enriquecimento rápido.

Algumas das práticas do gamonalismo determinam que as medidas de caráter assistencial, pedagógico ou clerical sejam impotentes aos limites estabelecidos pela fazenda. Nesta, a lei que, em tese, protege o índio não tem valor prático. O trabalho gratuito e forçado ocorre à revelia da legislação. E esse poder é extensivo a outras áreas do território circunvizinho, sendo que o juiz, prefeito ou delegado é subordinado a este poder, portanto “O regime de propriedade da terra determina o regime político de todas as nações. O problema agrário – que a República não pode até agora resolver - domina todos os problemas do nosso país. Sobre uma economia semifeudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais” (Mariátegui, idem: p.36). O gamonalismo e a hegemonia dos grandes proprietários sobre a política e o aparato do Estado, são na verdade apenas os vernizes políticos dos interesses associados. O atraso no desenvolvimento do capitalismo deve-se a sobrevivência do feudalismo que determinava o regime administrativo e político em todo Peru.

Não é possível o desenvolvimento de instituições democráticas e liberais, tendo a hegemonia da nação oligárquica e a propriedade feudal. O Estado não garante os direitos civis a toda população que trabalha e vive no latifúndio, e mesmo que a aristocracia não tenha legalmente seus direitos feudais escritos, sua condição de propriedade lhes permite exercer um poder absoluto. Quando compara os latifúndios e as relações de trabalho observa que apesar

da agricultura do litoral evoluiu, com maior ou menor rapidez em direção a uma técnica capitalista no cultivo do solo e na transformação e comércio de produtos. (...) No que tange ao trabalhador o latifúndio colonial não renunciou a seus hábitos feudais senão nos momentos em que as circunstâncias assim o exigiram de forma absoluta. Este fenômeno não se explica apenas pelo fato dos antigos senhores feudais terem conservado a propriedade da terra, adotando, na qualidade de intermediários do capital estrangeiro, a prática, mas não o espírito capitalista moderno. Explica-se, também pela mentalidade colonial desta casta de proprietários, acostumados a considerar o trabalho com critérios de escravistas e 'negreiros'. (Mariátegui, idem: p.61)

A organização feudal se impôs como uma economia externa, estrangeira, que só poderia dar certo se adaptasse ou se modificasse a relação econômica no território ocupado. O colono espanhol foi incapaz de realizar a organização de um regime tipicamente feudal, pois ao mesmo tempo em que desenvolvia uma lógica mágica a respeito dos minerais, tinha uma visão deprimida sobre o trabalho e a organização racional da produção. A base política econômica feudal que foi implantada pelo vice-reinado, era a de "um regime medieval e estrangeiro, a República é, formalmente, um regime peruano e liberal". (Mariátegui, idem: p.29).

Na sua visão, a república poderia reunir condições para realizar tarefas e medidas que emancipassem os indígenas, porém manteve inalteradas as condições estruturais nascidas ou formadas a partir da conquista. A liquidação do feudalismo que "deveria ter sido realizada pelo regime demo-burguês estabelecido pela revolução da independência. Mas, no Peru em cem anos de

República não tivemos uma verdadeira classe burguesa. A antiga classe feudal – camuflada ou disfarçada de burguesia republicana conservou suas posições” (Mariátegui, idem: p.34) igualmente o desenvolvimento de técnicas novas na região costeira dinamizou a economia ganhando um caráter capitalista, envolvendo a entrada inclusive de empresas estrangeiras diretamente no controle das fazendas, mas igualmente observa que medidas radicais liberais como as pensadas por técnicos e intelectuais burgueses, com o desenvolvimento de propriedades individuais esbarram na mentalidade do latifúndio e das classes dominantes. “Ninguém ignora que a solução liberal deste problema seria de acordo com a ideologia individualista, o fracionamento dos latifúndios para criar a pequena propriedade (...) Coerente com a minha posição ideológica, penso que a hora de ensaiar no Peru o método liberal, a formula individualista, já passou.” (Mariátegui, idem: p.34). Da mesma forma, salienta que os elementos feudais se fortaleciam na serra. A solução para o problema camponês e indígena seria outra,

. Para Mariátegui, o problema indígena não está apenas limitado à problemática nacional ao qual, medidas técnicas, como educação, trabalho, filantropias, seriam capazes de solucionar. A questão indígena é relacionada ao modo de produção. Sem enfrentar a situação de como é organizado o sistema produtivo, o debate político perde sua consistência e finalidade. Dessa maneira, Mariátegui vê como central a questão da terra, o que significa o acesso do camponês indígena a ela. Isso passa pela destruição do latifúndio e do feudalismo, tarefa que corresponderia historicamente à burguesia, que pelo seu desenvolvimento associado ao imperialismo, tornou-se incapaz de realizá-la. Assim, Mariátegui observa que a revolução gerou a independência e a república, mas não produziu uma classe burguesa capaz de estabelecer o regime burguês clássico condizente para suas tarefas históricas

se a revolução tivesse sido um movimento das massas indígenas ou tivesse representado suas reivindicações, teria necessariamente uma fisionomia agrária. Já foi bem estudada a maneira que a revolução francesa encontrou para beneficiar particularmente a classe rural, na qual teve que se apoiar para evitar o retorno do

antigo regime. Este fenômeno parece, ainda, ser comum à revolução burguesa e à revolução socialista, se julgarmos as conseqüências melhor definidas e mais estáveis do extermínio do feudalismo na Europa central e do czarismo na Rússia. Dirigidas e operadas principalmente pela burguesia urbana e pelo proletariado urbano, uma e outra revolução tiveram, como imediatos usufrutuários, os camponês. Particularmente na Rússia, foi esta a classe que colheu os primeiros frutos da revolução bolchevique, pois neste país não se processara ainda uma revolução burguesa que, concomitante, acabasse com o feudalismo e o absolutismo, e instaurasse, no seu lugar um regime demoliberal” (Mariátegui, idem: p.45).

Por sua vez, enquanto existir o latifúndio e a classe gamonal a solução não poderia ser vista como um debate técnico administrativo, moral ou pedagógico, pois essas não tocariam na raiz do problema e acabaria por fortalecer o próprio latifúndio. A solução exigiria medidas radicais de caráter econômico e político, sendo central romper com a lógica que impõe ao índio a subordinação ao latifúndio.

Essa recusa parte de uma visão socialista e desse ponto de vista cabe superar as diversas ilusões filantrópicas e determinar que o primeiro esforço “visa estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico”. (Mariátegui, idem: p.33). Por esse caminho, Mariátegui julga que existem duas possibilidades: a feita pelo alto através das classes dominantes ou por baixo através dos indígenas. Compreende, na conjuntura em que vivia que a vereda liberal estaria inviabilizada ou só seria possível com uma refundação da república e a redefinição de uma nova estrutura econômica e de classes.

Anos depois, já na década de sessenta, o governo nacionalista General Velasco Alvarado mostrou a possibilidade dessa linha política conservadora e a assertiva de Amauta de que

ninguém ignora que a solução liberal deste problema seria de acordo com a ideologia individualista o fracionamento dos latifúndios para criar a pequena propriedade. (...) E que tem origem no ideário liberal em que se inspiram os Estatutos constitucionais de todos Estados demoburgues. E que países da Europa Central – onde a crise bélica

derrubou as últimas muralhas do feudalismo, com a anuência do capitalismo do Ocidente, que, a partir desse momento opõe precisamente à Rússia este bloco de países anti-bolchevique - na Tchecoslováquia, Romênia, Polônia, Bulgária etc, sancionaram leis agrárias que limitam, em princípio, a propriedade da terra, a um máximo de 500 hectares (...) Mas aqueles que permanecem dentro da doutrina demoliberal – se realmente procuram uma solução para o problema do índio que o redima, principalmente, de sua servidão – podem dirigir o olhar para a experiência tcheca ou romena, posto que a mexicana, pela inspiração e o processo, parece-lhe um exemplo perigoso (Mariátegui, idem: p.34/35).

A abordagem das transformações possíveis de serem realizadas pela burguesia peruana não é descartada por Mariátegui. Este concebia a possibilidade de uma mudança pelo alto e da continuidade da marca histórica peruana de antecipação às pressões das massas.

Em contrapartida, a posição de José Carlos Mariátegui é categórica: a solução para o problema indígena deve partir da ação dos próprios índios, superando a atomização de suas radicais manifestações locais e somando seus esforços num projeto de disputas dos rumos da nação.

A solução do problema do índio tem de ser uma solução social. Os índios é que devem realizá-la Este conceito demonstra que a reunião dos congressos indígenas foi um fato histórico (...) não representam ainda um programa; mas suas primeiras reuniões mostraram um caminho, aproximando os índios de diversas regiões. Padecem os índios a falta de união nacional (...) estes quatro milhões – de indígenas -, enquanto nada mais são do que uma massa inorgânica, uma multidão dispersa, serão incapazes de decidir seu rumo histórico” (Mariátegui, idem: p.31).

O elemento de construção dessa unidade passaria pela organização política enquanto identidade e pela concordância com a propaganda socialista.

Nos anos sessenta houve tentativas de organizar essa trama, a partir do incentivo a ação direta dos camponeses, movimentos políticos que reclamavam a herança do Amauta, orquestraram ações como as ocupações e

desapropriações de fazendas realizadas pela Frente de Esquerda liderados por Hugo Blanco, os movimentos guerrilheiros Tupac Amaru, Sendero Luminoso, o Partido Unificado Mariateguista (Guzmán, 1968; Blanco, 2007; Escorsim, 2006: p.41).

Dessa maneira a cultura e as manifestações indígenas demonstram a vocação e as características de um comunismo incaico, em função da propriedade coletiva da terra, das águas, pastos e bosques pela marca da tribo, onde estas eram cultivadas por meio da *ayllú*, as famílias eram todas aparentadas e, apesar de os lotes serem divididos individualmente, eram intransferíveis, predominando a cooperação comum no trabalho e a apropriação conforme a necessidade individual. Nas palavras de Mariátegui:

O que são e como funcionam atualmente as 'comunidades'? Castro Pozo acredita que se pode distingui-las de acordo com a seguinte classificação: ' Primeiro - comunidades agrícolas'; segundo - comunidades agrícolas e de rebanhos; terceiro - comunidades de pastos e águas e quarto – comunidades de usufruto (...) no primeiro tipo de comunidades agrícolas encontram-se caracteres correspondentes aos outros, e neste, alguns que pertencem àqueles; porem como o conjunto dos fatores externos impôs a cada um destes grupos um determinado gênero de vida em seus costumes, usos e sistemas de trabalho, nas suas propriedades e industrias, distinguem-se os caracteres agrícolas, pecuários, referentes à pecuária, nos pastos águas comuns ou apenas os dois últimos e os da total ou relativa falta de propriedade das terras e o usufruto destas pelo ayllu, que, sem sombra de dúvida, foi seu único proprietário" (Mariátegui, idem: p.57)

O temário indígena é recorrente, largo e estratégico no pensamento de Mariátegui. De um certo ângulo, pode-se encarar

sua obra como uma importante reflexão em torno da revolução latino-americana, com destaque para sua proposição acerca da impossibilidade de que a burguesia dos países latino-americanos desempenhasse qualquer papel revolucionário, e conseqüente impossibilidade da concretização de uma revolução burguesa nos

moldes clássicos, para sua reflexão acerca do sujeito da Revolução Socialista, e para seus procedimentos metodológicos na interpretação da realidade latino-americana. A reflexão em torno da Revolução Socialista em um país dependente, atrasado, pouco industrializado e com uma estrutura econômica centrada no latifúndio agroexportador conduziu Mariátegui a refletir acerca da necessidade de incorporação dos camponeses no processo revolucionário, tendo em vista que a classe operária peruana era demasiadamente reduzida. O dado evidente de que a grande maioria do campesinato peruano era constituído de indígenas indicava a Mariátegui a necessidade de estudar sua cultura e sua história, buscando nas tradições incaicas elementos que permitissem uma aproximação entre as reivindicações indígenas – em especial a reconquista da terra expropriada pelo latifúndio – e a perspectiva socialista revolucionária. Compreende-se, assim, que a temática indígena tenha ocupado grande parte da reflexão mariateguiana. (...) burguesia do subcontinente e sua vinculação estrutural ao imperialismo e ao latifúndio, do que conclui que a única revolução possível de ser concretizada na América Latina seria a socialista, a qual assumiria inclusive as tarefas historicamente atribuída à burguesia, (Callil, 2006: p.1/2).

Mas também se pode observar que a origem dessa obra não se limita apenas ao período em que Mariátegui torna-se atuante comunista e marxista peruano, entre 1923 e 1930 (ano de seu falecimento), mas que é também parte de uma produção coletiva que foi amadurecendo ao longo dos anos, tendo como origem as manifestações iniciadas pelo escritor anarquista Manuel González Prada, passando depois pelo debate no A.P.R.A , pelo estudo das resoluções da IC, pela produção de Lênin e de Bukharin que focavam a questão camponesa e o imperialismo com especial atenção. E também do já mencionada influência da conceituação do mito de Georges Sorel, onde segue o caminho de buscar o passado como afirmação futura. Para Mariátegui

a fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de 'ocidentalização' material da terra quéchuá. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que enobrece a alma do índio. É o mito, é a idéia da revolução socialista. A esperança indígena é totalmente

revolucionária. O mito, a idéia, em si mesmos, são agentes decisivos do despertar de outros povos, de outras velhas raças em colapso: hindus, chineses etc (Mariátegui, idem: p.21)

A saída para os povos indígenas não estaria nas portas da civilização ocidental, que por sua vez continuaria a destruí-la, mas na afirmação de um outro projeto sistêmico. “O mito de Sorel, isto é - agiria através – de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação de fantasia concreta, que age sobre o povo disperso e pulverizado para nele suscitar e organizar a vontade coletiva” (Gramsci, 1980: p.148). Na visão do Amauta, era esta vontade coletiva que deveria ser trabalhada como o mito da revolução socialista.

Dessa maneira, em Mariátegui a problemática indígena pode ser vista como a afirmação da orientação dos congressos da Internacional Comunista para a realização da aliança operário-camponês, (Löwy,1999: p.21; Quijano, idem: p.197), mas também, e até com mais densidade, na observação de que as manifestações indígenas eram afirmações de uma cultura reprimida e a percepção de que a religião comunista incaica represava uma vocação prática e mística, que concorria para a modernização do Peru e para o futuro socialista. (Melis *apud* Löwy,2005: p.110). Antonio Melis chama atenção para o fato de que antes mesmo de converter-se em marxista, Mariátegui já demonstrava especial e apaixonada atenção aos levantes indígenas realizados por Rurinaqui (Melis, 1996: p.7). É possível afirmar que as raízes desta abordagem têm seu encontro com a visão da Terceira Internacional (Escorsim, 2006: p.236), mas igualmente têm sua autonomia na formulação demarcada na origem da própria história e luta de classes, no Peru e América do Sul, e na herança pradista reivindicada por Amauta.

É importante observar que as classes dominantes peruanas foram constituídas às margens da realidade indígena, vista tanto como sub-raça felahista<sup>4</sup> ou como elemento a ser banido da história e do território peruano. “O dado demográfico é, a este respeito o mais convincente e decisivo (...) quando

---

<sup>4</sup> Nota do tradutor, p. 37 -Felá; homem de casta inferior entre os egípcios e que exerce os mais rudes misteres

chegaram ao Peru os conquistadores, [a população indígena] estava por volta dos dez milhões e que, em três séculos de domínio espanhol, baixou para um milhão” (Mariátegui, idem: p.37) de igual sorte, a intelectualidade daí nascida, representou um distanciamento e a ignorância da realidade indígena, tamanho o temor que este universo causava junto as classes dominantes. As lembranças dramáticas do levante no Peru colonial, capitaneado por Tupac Amaru, (1780 – 1781) que propôs reorganizar o Império Inca (Tahuantinsuyo) e que alcançou em poucos dias as quatro partes constitutivas do antigo território do império, com levantes contra o invasor que foram da região do Prata até a costa da atual Colômbia, foram sempre recordadas. O que impôs como modelo, como explica Bonilha y Spalding “la reducida accion de los movimientos com partipacion indígena revela más que la vacilante repuesta de los grupos más bajos de la sociedade, el temor a uma revuelta social y la repulsion de los miembros de la sociedad criolla” (Bonilha y Spalding apud Aricó, idem: p.XLIII). Esta história foi sempre motivo de um medo corrente na população crioula. Outros diversos levantes como o de Huaraz em 1885 e já na década de dez do século XX, de Rurinaqui, eram motivos de apreensão e temor, “El hecho de que los indios fueram ignorados por el espiritu público de una sociedade constituida sobre su exclusión, no significó sin embargo que su presencia dejara de hacerse sentir con peligrosa constancia en la realidad política y social peruana” (Arico, idem: p. XLIV) . A constante movimentação ou estado latente de revolta indígena, serviu para homogeneizar a sociedade conservadora num acordo repressivo a qualquer movimentação indígena. Em desposta, os levantes indígenas, como o de 1885, colocavam claramente como objetivos “tierra para los índios y la eliminación de la poblacion blanca” (Paris apud Aricó, idem: p.317).

Ou seja, a situação indígena era por demais explosiva, fazendo com que as medidas pensadas fossem as mais variadas possíveis, mas todas elas tentaram evitar que fosse mantido o foco na questão socioeconômica levantada por Gonzáles Prada. (Melis apud Aricó, idem: p.203). Mariátegui não apenas manterá o enfoque econômico, como inovará o debate em dois aspectos centrais: o primeiro, ao colocar o problema indígena como sendo relacionado

ao modo de produção, ou seja; a questão indígena era também a questão camponesa e só poderia ser desbaratada com a organização indígena enquanto movimento camponês nacional. O segundo, a solução para o problema, passava pela revolução socialista. Um não poderia ocorrer sem o outro, se apresentando imbricados, indigenismo e socialismo.

Mariategui também viu na questão religiosa um dos fatores fundamentais da ideologia socialista dos índios, a religião indígena é algo que reforça a idéias coletivas, a religião dos quéchuas era mais um corpo moral do que uma concepção metafísica, a idéia central era de que o indivíduo se submetia a sociedade. Dessa forma consagrava sua vida a serviço do estado e da comunidade. Dessa maneira a religião era muito mais que uma religião, era o próprio estado, o culto estava subordinado aos interesses sociais e políticos do império, que através de sua fé estabeleceu um panteão notável de divindades maiores e menores. A conquista espanhola e as marcas da inquisição conseguiu e superar a religiosidade do Império, mas não conseguiu subverter a lógica da crença indígena que a assimilou a fé cristã convertendo-a aos rituais quéchuas com o *ayllú*..este fator ao invés de criar outra mentalidade como ocorreu nos EUAs mantém viva as tradições coletivistas (Sete Ensaios, idem: p. 114 e 127)

Assim parte da defesa da comunidade como sendo o lócus privilegiado para organização do movimento coletivo e cooperativo e lembra que há uma vocação para o cooperativismo que pode ser organizado enquanto resposta produtiva e material. Quando “a comunidade efetivamente se articulou, pela passagem da estrada de ferro, com o sistema comercial e as vias de transportes centrais, chegou a transformar-se espontaneamente numa cooperativa”. (Mariátegui, idem: p.59) Da mesma forma, salienta que quando comparadas as potencialidades de desenvolvimento econômico entre a comunidade e o latifúndio, a vantagem é para a primeira. “A comparação da ‘comunidade’ e o latifúndio como empresas de produção agrícola é desfavorável para o latifúndio (...) - citando estudo de Castro Pozo – A colheita resultou em média 450 e 580 quilos por hectare para a propriedade comunitária e individual, respectivamente. - Tendo em conta - que as melhores terras de

produção passaram as mãos do latifundiários” (Mariátegui, idem: p.60). Os dados empíricos servem para reforçar a sua tese acerca da capacidade produtiva do trabalho socialista e da alavanca revolucionária dos camponeses indígenas.

#### **e) abordagem sobre a aliança operária camponesa em Mariátegui**

A questão indo-camponesa formulado por José Carlos Mariátegui estabelece um fio condutor com o pensamento de Lênin e de Gramsci. Observando Lênin, entendemos que este começou a formular o seu ponto de vista sobre a questão agrária, através do debate com os populistas. Extraíndo desse debate que os Narodniks representaram uma profunda evolução no pensamento iluminista russo, ao introduzirem na sociedade, preocupações sociais no campo e propostas socialistas. A iminência da revolução democrática burguesa, implicava de um lado, uma disputa pela condução do processo. A burguesia preferiria evitar o risco da via revolucionária, das emoções das ruas e da “*marca plebéia*” à revolução democrática, esta, objetivava as transformações por cima, conservando e reformando as antigas instituições monárquicas.

Para o proletariado o objetivo seria a vitória completa contra o tzarismo, o que significa que significa que, o trabalho a ser realizado pela social-democracia russa era conquistar o campesinato para uma aliança com o proletariado, visando constituir uma alternativa por baixo, a via tzarista, e ampliar ao máximo as conquistas proletárias na revolução burguesa (Lênin, 1983: p.409).

Naquele momento os socialistas russos dirigiram suas atenções para a questão agrária como: a partilha das terras, colocar as terras sob o controle das antigas instituições comunais e a municipalização. Era fundamental definir o grau das alianças e profundidade da ação política. Lênin observava que a produção capitalista crescia e o desenvolvimento de técnicas e métodos burgueses nos grandes latifúndios ia a cada dia se expandindo, ganhando terreno, substituindo os métodos e técnicas pré-capitalistas.

Este movimento paulatino potencializava a metamorfose do latifúndio feudal, principal base social da estrutura do estado czarista, e assim a potencializava a transformação burguesa da sociedade através de uma via reformista, por cima, seguindo o modelo prussiano implementado nas unificações alemã e italiana.

De outro lado, havia um amplo movimento produtivo dos camponeses que desenvolviam economicamente e socialmente uma produção organizada potencialmente em pequenas propriedades ou em arrendatários do estado. Sendo os camponeses opostos a estrutura fundiária czarista, e base social para a destruição do latifúndio, e conseqüentemente do czarismo. Lenin igualmente imaginava que este seria a base para uma república radical burguesa de granjeiros aos moldes da Nova Zelândia e Estados Unidos. Assim a questão estratégica era colocar o proletariado no centro da realidade e na disputa do processo em curso, o que significava garantir igualmente a sua autonomia.

O proletariado deveria participar da revolução burguesa de maneira autônoma, apoiando o setor mais radical da burguesia e tendo garantida a independência de voltar-se contra a burguesia a partir do instante em que essa se voltasse contra o proletariado.

Na visão de Aricó, o esforço de Mariátegui seguia o mesmo caminho: o de criar uma via original para a ação do proletariado em aliança com o campesinato. Dessa forma, a obra de Mariátegui é vista como um desenho tático-estratégico que envolve o Peru e outros países andinos, pois há na percepção de Mariátegui, como também houve na Itália com Gramsci; a compreensão de que as mudanças produtivas surgidas com o fim da I Guerra e a alteração do centro gravitacional do imperialismo da Inglaterra para os Estados Unidos da América, desencadearam um processo de revolução passiva, a qual o Peru e outros países da América do Sul estariam sendo envolvidos em mudanças na esfera produtiva que bloqueavam o desenvolvimento da revolução socialista. (Aricó, idem: p. XIV e XLI)

O esforço de Mariátegui teria como rumo articular, uma política alternativa de aliança e a conformação de um bloco histórico voltado para

superação do bloqueio imposto. Isto seria feito através de uma investida ampla, tendo como centro trazer parte dos intelectuais vinculados a causa indígena, somando a vanguarda do proletariado urbano e rural. A vinculação do Mariátegui com Castro Pozo, Uriel Garcia, Luiz E. Valcárcel deu ao marxista o conhecimento do mundo rural peruano, e com a publicação da revista *Amauta*, abriu a possibilidade de estabelecer um

nexo orgánico entre la intelectualidade costeña influída por el movimiento obrero urbano, el socialismo marxista y las nuevas corrientes de la cultura européa, y la intelectualidad cusqueña, expressiva del movimiento indigenista. *Amauta*, que desde su próprio título expresaba la definida voluntad mariateguiana de instalar la reflexion colectiva em el centro mismo de la problemática peruana, se constituyó em una plataforma única de confluência y confrontación de ambas vertiente del movimiento social, em una suerte de órgano teórico y cultural de la intelectualidade colocada em el terreno de las clases populares urbanas y rurales.” (Aricó, idem: p. XLIX).

A interpretação de Mariátegui da realidade peruana, expressava a necessidade da construção de um grande movimento político que almejava ter um país integrado e desenvolvido. Sendo que, a integração e a construção nacional plena seriam impossíveis de realizar-se pelas forças burguesas e das oligarquias. Trabalho que só seria possível através da

aliança de la clase obrera com el campesinato, que constituye el presupuesto de una acción revolucionária socialista, em las condiciones concretas del Peru asumía la forma históricamente particular de la alianza del proletariado com las masas indígenas. Pero la confluência de ambas fuerzas solo resultaba posible si el bloque agrário gamonilista era destruído a través de la creación de organizaciones autónomas e independientes de la masas indígenas. La fracturación del bloque intelectual, la conformación de una tendência de izquierda que coloda em la perspectiva y em las reivindicaciones de las masas indígenas, mantenía una relación de comprensión com las luchas obreras urbanas” (Aricó, idem: p. LI)

Isto era colocado como fator primordial para Mariátegui, que compreendia igualmente, que outros movimentos como o do Grupo indigenista de Cuzco, *Ressurgimento*, caminhavam numa possível confluência com a ação da classe operária, possibilitando grandes transformações no Peru.

Para Aricó, a movimentação realizada por Mariátegui explicita a emergência de uma ação a ser concretizada pelas classes subalternas, sendo que o socialismo e o marxismo deveriam tornar-se a expressão natural desse movimento, o local para a busca da independência política enquanto classe e de referência teórica e prática para a luta de todos os oprimidos, a idéia de partido comunista e revolucionário aparece como um resultado das lutas e não como seu pressuposto. (Aricó, idem: p. LIII)

José Carlos Mariátegui e o grupo da revista *Amauta*, se insere num dos momentos mais importantes das formulações intelectuais dos últimos tempos “ se puede hablar con propiedad de um verdadero ‘redescubrimiento de América’ de um acuciante proceso de búsqueda de la identidad nacional y continental, a parti de la comprensión y de la adhesion a las luchas de clases populares.” (Arico, idem:p. XLIII) .

## Capítulo IV

### **A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e a recepção à questão Indígena formulada por José Carlos Mariátegui.**

Durante a realização do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, foi aprovada a convocação da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, o objetivo desta reunião era dar impulso a criação de Partidos Comunistas no continente e fortalecer o relacionamento entre o Comintern e seus afiliados, considerando a grave crise que vesperava o capitalismo. O encontro contou com a presença de 35 delegados e dirigentes da Internacional Comunista, os trabalhos foram coordenados pelo destacado dirigente ítalo-argentino, Victório Codovilla. (Löwy, 1999: p.21).

A pauta das discussões foi organizada em oito pontos. José Carlos Mariátegui foi encarregado de apresentar três: *Antecedentes e desenvolvimento da ação Classista; O problema das raças na América Latina e Ponto de vista antiimperialista*. Mas por conta de sua enfermidade, José Carlos Mariátegui não pode estar presente. Estes pontos foram apresentados pela delegação peruana, composta pelo líder sindical Júlio Portocarrero e o médico Hugo Pesce. Como observa Escorcim, tratava-se de uma primeira reunião convocada para debater a situação política e a organização partidária, durante este debate, se produziu acordos e desacordos entre os participantes. (PCEr, 2007)

O encontro envolvendo o ponto de vista do Secretariado e da delegação peruana é motivo de ampla polêmica e tem gerado um volume imenso de opiniões, especulações e discussões e muitas delas apontam para uma possível ruptura entre Mariátegui e a III Internacional (Bellotto & Correa, 1982; Alimonda, 1983; Quijano, 1981; Kohan, 1998; Löwy, 1999).

Pode-se notar que houve desacordo sobre a participação ou não dos comunistas peruanos no plebiscito envolvendo os territórios de Tacna e Arica, perdidos na Guerra do Pacífico, uma vez que o tratado de paz colocava a possibilidade de uma consulta junto à população local, para pronunciar-se

sobre qual país estes territórios pertenciam, os comunistas peruanos não viam o plebiscito como importante para o proletariado (Quijano, 1991: p.198).

Igualmente, Escorsim chama atenção para o fato de que o centro do debate programático teve também como elemento de discussão, a separação feita pelo PSP entre programa “*mínimo e máximo*”, e que foi proposta pela Internacional, a mudança de tal item. Houve ainda a proposta de mudança do nome de PSP para Partido Comunista do Peru, sendo que este debate transcorreu sem qualquer sanção aos peruanos e foi acatada um pouco depois do encontro de Buenos Aires, com a participação de Mariátegui em 4 de março de 1930, não legitimando a abordagem de um ambiente tenso e carregado (Escorsim, 2006: p.276).

Na convocação para a Conferência de Buenos Aires, feita pela *La Correspondencia Sudamericana*, aparecia como tema a questão camponesa, mas não era mencionado o problema das populações indígenas. Victório Codovilla pediu a Mariátegui que preparasse um documento sobre a luta dos indígenas pela sua emancipação. Esta solicitação foi feita, por se saber que Mariátegui tinha um estudo sério, respeitável e um conhecimento profundo sobre o tema indígena. Mariátegui era, naquele momento, o único militante comunista capaz de apresentar um ponto de vista à Internacional Comunista no tocante a questão indígena, que pudesse auxiliar na construção de sua estratégia ( PCEr, 2007)

No VI Congresso, a IC tinha chamado atenção para o contingente expressivo de negros que havia em países da América Latina, como Brasil, Cuba e outros, inclusive em maior porcentagem que nos Estados Unidos. Em Buenos Aires, a discussão se centrou inicialmente no trabalho do negro e dos chineses nas plantações e nos problemas da imigração, concluindo que os PCs deveriam organizar programas para os trabalhadores emigrados. Em Buenos Aires, o debate foi mais amplo e profundo do que o realizado no congresso em Moscou. Hugo Pesce declarou a necessidade de um estudo objetivo do problema das etnias baseado no marxismo, com uma compreensão clara da luta de classes, uma linha revolucionária em consonância com a Internacional Comunista. No debate se apresentaram duas linhas divergentes: A abordagem

que colocava a questão indígena como questão nacional e de autodeterminação dos povos e o documento de José Carlos Mariátegui que apresentava como questão de classe. (Quijano, idem: p.199 )

Foi a Internacional Comunista que, pouco depois de sua fundação, lançou o debate aos partidos comunistas sobre a necessidade de implementar uma política diferenciada para as populações marginalizadas. No momento da realização da conferência de Buenos Aires, a posição da Internacional Comunista compreendia que as questões étnicas constituíam nacionalidades, a fórmula de autodeterminação dos povos era vista até então como válida para solucionar o problema. Essa formulação tinha ajudado a compreender como a particularidade étnica influenciava a experiência e a consciência de classe. Só a partir do debate, em Buenos Aires, os comunistas puderam compreender de maneira mais ampla a situação social e política das grandes massas étnicas diferenciadas e incorporá-las ao debate sobre a revolução socialista. José Carlos Mariátegui mostrou que havia um mal entendido, a questão étnica não conformava necessariamente problemas de ordem nacional, podendo no caso latino americano ser de ordem social.

O debate envolvendo a questão étnica na IC tinha como origem a referência aos negros da África do Sul e sul dos Estados Unidos, onde os comunistas locais - brancos - resistiam em organizar a população negra. Os comunistas destes países adotavam atitudes racistas semelhantes às das classes dominantes. No V Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1924, as discussões sobre a questão negra começaram a distanciar-se da análise de classe para se centrar na questão nacional. A Internacional Comunista propôs que suas agremiações defendessem a igualdade social para as minorias étnicas, as quais formavam nações e, portanto, também tinham direito à sua autodeterminação. Esta linha política possibilitou um amplo crescimento do PC nos Estados Unidos e especialmente, na África do Sul. O PCA se colocou na direção política do Congresso Nacional Africano, sendo que seu êxito se converteu em um modelo de aplicação geral para o trabalho, nos países coloniais e semicoloniais.

Já no VI Congresso, no debate sobre o papel das etnias na luta revolucionária, ficou resolvido que um dos trabalhos mais importantes dos PCs era a completa igualdade para os negros, pelo fim de qualquer desigualdade social, econômica e política. O programa, que foi aprovado, reconheceu o direito de todas as nações e raças à autodeterminação. Ficou decidido que os negros da África do Sul e dos Estados Unidos constituíam nacionalidades submetidas e foi proposto que os comunistas locais organizassem os movimentos de libertação nacional pelo seu Estado autônomo. O VI Congresso concluiu que havia semelhanças entre a questão negra na África do Sul e nos Estados Unidos e a questão negra e indígena na América Latina. Portanto, houve transposição do modelo de autodeterminação dos povos para a questão indígena, propondo assim a criação de uma república das nações quéchua e aymara, na região andina. (PCEr, 2007).

No encontro de Buenos Aires, os comunistas latino-americanos voltaram a discutir se a opressão étnica era um assunto de classe, de etnia ou de nacionalidade. Mariátegui contribuiu ao reabrir o debate com amplo estudo, seu texto *O problema das raças na América Latina*, sustentou que a questão indígena era um assunto centrado na luta de classe, que só poderia ser solucionado com amplas modificações no regime de propriedade agrária, pondo fim a distribuição desigual e superando o feudalismo no campo peruano. O estudo de Mariátegui registrava que a pobreza e a marginalização indígena deviam-se, fundamentalmente, à ocupação de suas terras pela ação feudal.

Para o escritor peruano, a questão étnica nublava o problema central, a exploração de classe, que originava a distribuição desigual da terra, concluindo que, o problema dos índios só seria solucionado com a destruição do feudalismo. Para Mariátegui, a interpretação da questão étnica em termos de classe, atribuiria aos indígenas e negros, um papel fundamental na emancipação do proletariado, da opressão local e mundial..

Em seu texto, *O problema das raças*, Mariátegui manifesta uma confiança no potencial revolucionário do campesinato indígena: “Uma consciência revolucionária indígena tardará a se formar,mas quando o índio tiver feito sua, a idéia socialista ele a servirá com disciplina, tenacidade e força

que poucos proletários de outros meios poderão supera-lo”.(Mariátegui, 1982: p. 74)

Como bem percebeu Escorsim, esta idéia também é um reflexo e avanço de sua obra *Sete ensaios*, onde argumentou que “a esperança indígena es absolutamente revolucionaria. El fator indígena se convertiría em um fator revolucionário y por eso enfatizó que la lucha indígena tenía que poseer um caráter neto de lucha de classes” (Escorsim, idem: p.276). O documento de Mariátegui sustentava que sem os índios o Peru não existiria, estes, eram uma figura fundamental para a construção da identidade nacional, que só se podia lograr com a incorporação do povo indígena a uma nova sociedade socialista: “Quando se fala da peruanidade, deveria ser investigado se essa peruanidade compreende os índios. Sem o índio não existe peruanidade possível”. Mariátegui partia da premissa que, as repúblicas andinas estavam baseadas nos princípios plantados pelos colonizadores e nos seus descendentes, os colonizadores eram o cimento do Peru atual, e os índios seriam o cimento da nacionalidade socialista em formação.

O texto observa que só a luta dos índios, proletários e camponeses, em estreita aliança com o proletariado mestiço e branco contra o regime feudal e capitalista, pode permitir o livre desenvolvimento das características raciais indígenas. A agudização da luta de classes, baseada no espírito coletivo dos indígenas e no seu desenvolvimento nacional, dissolveria as fronteiras nacionais e levaria à autonomia política de toda sua raça. (Mariátegui, idem: p. 72)

Portanto, os comunistas têm que convencer os indígenas e os negros de que, só um governo “encabeçado pelos proletários e camponeses representativo de todas as etnias, poderia emancipá-los de sua opressão”. (Mariátegui, idem: p.74). O que assegura sua emancipação é o dinamismo de uma economia e de uma cultura, que apontam em sua origem para a construção do socialismo. (Mariátegui, idem: p.55)

O estudo de Mariátegui partia do Peru, com especial atenção aos indígenas, e desenvolvia abordagem sobre o papel dos negros, mestiços e

mulatos. Mariátegui julgava que os negros na América Latina não se encontravam no mesmo nível de discriminação racial que nos Estados Unidos.

A situação dos negros, na América Latina, era algo mais complicado, isto por que sua interação com a cultura dominante estava mediatizada pela presença mulata em todas as classes sociais, particularmente em países como Haiti e República Dominicana. De igual forma, negou que a luta dos negros fosse uma questão de autonomia nacional, como havia determinado o PC dos Estados Unidos e depois o PCB em 1931, mas sim, que respondia a questões sociais locais, vinculadas à luta de classes. Igualmente, julgava que esta problemática, de maneira menos explícita que a indígena, constituía identidade além das fronteiras nacionais. (Mariátegui, idem: p.65)

Por tudo isso, Mariátegui se opunha à construção de repúblicas nativas e negras no continente, a seu ver, a construção de um estado autônomo não significaria um estado indígena proletário ou um estado indígena sem classe, mas resultaria num Estado indígena burguês, com todas as contradições internas e externas dos estados burgueses (Quijano, idem: p.199). Mariátegui continuava: “Só o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderia dar um sentido real à libertação de sua exploração, favorecendo as possibilidades da autodeterminação política” (Mariátegui, idem: p.71). Apesar de amplo debate não houve votação e nem desautorização da opinião dos peruanos (Escorsim, idem: p.278).

Ampla polêmica nasceu sobre a I Conferência e a possível submissão e marginalização da delegação peruana, por conta da autonomia de suas idéias, o que levaria Mariátegui a refletir sobre a iminente derrota e planejar se retirar de Lima para viver em Buenos Aires (Alimonda, 1983: p.72). O que se pode concluir é que havia polêmicas sobre os pontos de vista, especialmente no que tange à tática de revolução desenhada por Mariátegui e o papel dos camponeses indígenas, estas questões estiveram em pauta, mas não houve nenhuma moção de censura ou sanção à delegação peruana ou às suas idéias. (Escorsim, idem: p.281) Em carta de Hugo Pesce à Mariátegui, datada de 25 de junho de 1929, este narra sua opinião:

La discusión durante el Congreso así como en sesiones de Comité, se ha desarrollado, inútil es decirlo, dentro de un ambiente de la más franca camaradería, no sólo, sino que, contrariamente a suposiciones hechas por compañeros peruanos desterrados, ha habido la mayor comprensión de nuestros problemas, y un verdadero espíritu de cooperación por parte de los dirigentes” (PCEr, 2007).

Com certeza o caminho desenhado pela IC se distanciou das análises feitas até aquele momento por Mariátegui, mas nada pode ser dito ou extraído além dos dados narrados.

## Considerações finais

José Carlos Mariátegui, um dos fundadores do marxismo latino-americano, tomou como centro de sua atenção, a questão indígena. Qual deveria ser a preocupação de um marxista peruano? Contextualizando a luta de classe dentro do universo que compunha o seu mundo peruano e andino, sem dúvida, a questão indígena camponesa. Mariátegui não poderia se referir ao proletariado, levando em consideração os mesmos componentes sociais que a industrialização, possibilitou na análise de Marx, com efeito, o marxista peruano sustentava que “nuestro socialismo no sería pues, peruano – ni siquiera socialismo-, si no se solidarizase primeiramente com las reivindicaciones indígenas” (Mariátegui *apud* González, 1994: p.34).

De igual maneira, o pensador peruano teve claro que o socialismo não podia ser reprodução mecânica, “não queremos, certamente que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indu-americano. Eis aqui uma missão digna de uma geração” (Mariátegui, 1982: p.93)

Mariátegui estava consciente de que o socialismo era uma doutrina de origem europeia, mas que sintetizava as aspirações humanitárias de imensas culturas contemporâneas e ancestrais. Por isto, na comunidade incaica encontrou elementos favoráveis para desenvolver o projeto socialista. O socialismo na América Latina, teria que levar em consideração as especificidades étnicas deste universo cultural. Se até então, o marxismo não havia dedicado grande atenção e estudos a esta problemática, envolvendo medidas práticas, as lutas políticas narradas pela história, como também a compreensão sobre os problemas da nacionalidade. Coube a uma geração de marxista, e a José Carlos Mariátegui a imprescindível clareza da importância de enfrentar este complexo cultural e multi-étnico latino americano.

O socialismo não é certamente uma doutrina indu-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo o é nem o pode ser. O socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, como o

capitalismo, não é, tampouco, específico nem particularmente europeu. É um movimento mundial, ao qual não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental” (Mariátegui, idem: p.93)

Mariátegui observou que a evolução social não era linear e o desenvolvimento das forças produtivas não eram fator imanente às raças, podendo ser construída e desconstruída pela relação de intercâmbio ou conflito entre os povos. Igualmente chamava atenção de que em países como Peru, Bolívia e Equador, a grande parte da população estava duplamente excluída, pelo fator raça e classe. Para ele, em tais países “o fator raça complica-se com o fato classe, de forma que uma política revolucionária não pode deixar de tê-los em conta” (Mariátegui apud Bellotto & Correia: p.56)

O processo de reconstrução nacional, pensado por Mariátegui, era profundamente imbricado com o ambiente cultural peruano e latino americano, dando atenção estratégica a uma recomposição das forças políticas e espirituais, capazes de transformar a realidade. Assim, a sociedade é decomposta para ser reconstruída, o agente histórico dessa recomposição é o proletariado, seu aliado camponês é o índio, traduzido num projeto político de longo alcance onde a revolução e o socialismo são mitos naturais de um retorno coletivo ao futuro.

Mariátegui, de modo instintivo desenvolveu posições semelhantes à do último Marx, na época não era possível a este, ter acesso aos textos russos, como a carta do pensador alemão à Vera Zalulitch, onde desenvolve a abordagem da possibilidade da transição da comuna russa ao socialismo, uma teoria histórica sobre a trajetória que seguia os povos. Algo que foi cercado de potencialidades e ao mesmo tempo, renegado da práxis marxista no século passado.

Por isso, Mariátegui dava tanta importância ao papel que era jogado pelo mito, na construção de objetivos políticos e históricos. Isto não implicava em renunciar suas posições sobre o materialismo histórico, pelo contrário, dotava de condições para superar as visões mecanicistas, que pouca importância dava à contribuição do idealismo filosófico. Para ele “el marxismo donde se ha

mostrado revolucionario –vale decir donde ha sido marxismo – no ha obedecido nunca a um determinismo pasivo y rigido” O pensamento de Mariátegui constitui uma busca original no entendimento do que é o proletariado e as demais classes populares na América Latina. É também a construção de um caminho para a luta socialista.

## Bibliografia

ALIMONDA, Héctor (1983). José Carlos Mariátegui. Col. Encontro Radical. São Paulo: Brasiliense.

AMAYO, E & SEGATTO, José A. (2002). J.C. Mariátegui e o marxismo na América Latina. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial São Paulo: Cultura Acadêmica.

ARICÓ, José (1978). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano, Lima: Cuadernos Pasado y Presente.

\_\_\_\_\_(1986). “O Marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSAWM, E. (org). História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. V.8

\_\_\_\_\_(1980). Marx y América Latina, Cidade do México. Alianza Editorial Mexicana

BELLOTTO, M & CORRÊA M ANNA (1982). “ Introdução- Mariátegui: Gênese de um pensamento latino-americano”. In: José Carlos Mariátegui. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ed. Ática.

BLANCO, Hugo (2007) El "problema del índio", de Mariátegui a hoy  
Disponível em <http://constituyentesoberana.org>

BOTELHO, André (2007) Cientificismo à brasileira: notas sobre a questão racial no pensamento social. Disponível em [http://www.achegas.net/numero/um/andré\\_b.htm](http://www.achegas.net/numero/um/andré_b.htm)

CALIL, Gilberto (2006). O marxismo de Mariátegui e a revolução latino-americana: democracia, socialismo e sujeito revolucionário. Disponível em: [www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundogepal/GILBERTO%20CALIL.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundogepal/GILBERTO%20CALIL.pdf). Acesso em 10 de dezembro de 2007.

COUTINHO, Carlos N (2003). Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. Disponível em: [www.gramsci.org/email.htm](http://www.gramsci.org/email.htm)

DANIILSON, N.F. (1982). “A tarefa econômica da Rússia”. In: FERNANDES, R C (org) Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DEVEZA , Felipe. Índios, *mestizos* e *cholos* nos projetos políticos populares do Peru contemporâneo.. 26ª Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2006.

Disponível na Internet em [sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Felipe\\_Deveza/](http://sbph.org/reuniao/26/trabalhos/Felipe_Deveza/)

Acesso em 30 de Março de 2008

III Internacional Comunista(1988), Teses e Resolução do I Congresso

“Introdução” Tau Golin, Vol.1, São Paulo, Brasil Debates Editora.

EL V Congresso da la Internacional Comunista, “introdução” Edward Hallett

Carr. México, Cuadernos Pasado y Presente, 1978

EL VI Congresso da la Internacional Comunista. México, Cuadernos Pasado y Presente, 1977

ENGELS, F (1982). “Epílogo à questão social na Rússia”. In: FERNANDES, R C (org) Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ESCÀRZAGA, F (1994). “Los siete ensayos de interpretación de la realidade peruana.” In: MARINI, Mauro Ruy & MILLIAN Mária (orgs). La teoria social Latinoamericana Cidade do México: Ediciones El Caballito T.II

ESCORSIM, Leila (2006) Mariátegui – Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular.

FERNANDES, F (1976). A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar..

\_\_\_\_ (1994). “Significado atual de José Carlos Mariátegui”. Revista Universidade e Sociedade, n.7

FERNANDES, Rubem César (1982). “Introdução – A Rússia e o Ocidente”. In: FERNANDES, RC (org). Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FORNET-BETANCOURT, Raúl (1995) O Marxismo na América Latina.

São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Editora UNISINOS.

GRAMSCI. Antonio (1980). Obras selecionadas. São Paulo: Martins Fontes.

GONZÁLEZ, Pablo Guadarrama.(1994). “Mariátegui y la actual crisis de marxismo”. Havana: Revista La Gazeta de Cuba,n.4

GUZMÁN, Abimael R (1968). Para entender a Mariátegui. Disponível [http://www.solrojo.org/pcp\\_doc/pcp\\_68.htm](http://www.solrojo.org/pcp_doc/pcp_68.htm)

HOBSBAWM, Eric (1988). Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_(1988)a. Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IANNI, Octávio (1986). “Introdução – Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira”. In: IANNI, Octávio (org). Florestan Fernandes. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed Ática.

KOHAN, Nestor ( 1998 ) Ni calco ni copia: Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano. Disponível em <http://www.boltxe.info>

LANDER, Edgardo (2005) A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO

LAVROV, P.L. (1982). “Avante!”. In: FERNANDES, R C (org) Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LENIN, I. Vladimir (1980). Obras escolhidas Vol.I,II,III. São Paulo: Ed. Alpha-Omega.

\_\_\_\_\_(1983). O Programa agrário: da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. São Paulo: Ed. Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_(1920) Informe de la Comisión para los Problemas Nacional y Colonial disponível in: <http://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/1920s/internacional/congreso2/03.htm>. Acesso em 30 de Março de 2008.

LÖWY, Michael (1999). O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_(1999). “Marxismo e romantismo em Mariátegui”. Revista Teoria e Política n.41.

\_\_\_\_\_(2005). “Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião”. Revista Estudos Avançados, n.19

\_\_\_\_\_(2005) Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos, José Carlos Mariátegui. Seleção e introdução de Michael Löwy, Rio de Janeiro: Editora. UFRJ.

\_\_\_\_\_(1990) Romantismo e messianismo: Ensaio sobre Lukács e Benjamin, São Paulo. Editora Perspectiva.

- MARIÁTEGUI, José Carlos (1975). Os setes ensaios de interpretação realidade peruana. São Paulo: Ed. Alpha Omega,
- \_\_\_\_\_(1982). In: BELLOTO, Manuel & CORREA M. Anna (orgs). Mariátegui. (Col. Grandes Cientistas Sociais), São Paulo. Ed. Ática.
- \_\_\_\_\_(1989). El defensa del marxismo. Lima: Ed. Amauta
- \_\_\_\_\_(1991) in; QUIJANO, A. (cop). José Carlos Mariátegui: Textos Básicos. Lima/México/Madrid: Fondo de Cultura Económico
- \_\_\_\_\_(2005) Do sonho às coisas: retratos subversivos, Luiz Bernardo Pericás (org) São Paulo. Ed.Boitempo
- \_\_\_\_\_(2007) Mariategui Sobre a Educação, Luiz Bernardo Pericás (org) São Paulo. Editora Xamã
- \_\_\_\_\_(1929) Ponto de Vista Antiimperialista, disponível in: <http://www.marxists.org/portugues/mariategui/1929/06/antiimperialista.htm>. Acesso em 30 de Março de 2008
- MARINI, Mauro Ruy & MILLIAN Mária (1994). La teoria social Latinoamericana Tomos I, II, III, IV, V. Cidade do México: Ediciones El Caballito
- MARX K. & ENGELS (1980). Obras Escolhidas. Vol..I,II,III. São Paulo: Ed. Alpha-Omega.
- MARX, K (1982). “ Rascunho da carta a Vera Zaslitch”. In: FERNANDES, R C (org). Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MELIS, Antonio (1996). “José Carlos Mariátegui hacia el siglo XXI”. Cuadernos de Recienvenido, n.1
- MIROSHEVSKI, V.M (1978). “El ‘populismo’ en el Peru. Papel de Mariátegui en la história del pensamiento social latino –americano.” In: ARICÓ, José (org). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. Lima: Ediciones Pasado y Presente, Série Cuadernos de pasado y presente
- MIKHAILOVSKI, N.K. (1982) ). “O que é o progresso?”. In: FERNANDES, R C (org) Dilemas do socialismo – a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- NETTO, José Paulo (1979). "O Contexto Histórico-Social de Mariátegui". Revista Encontro com a Civilização Brasileira, n.16.
- NOVACK, George, FRANKEL, Dave e FELDMAN, Fred, 1980. Las tres primeras internacionales – su historia y sus lecciones . Bogotá: Ed. Pluma
- PARIS, Robert (1981). "La formación ideológica de José Carlos Mariátegui". In: ARICÓ, José (org). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. Lima: Ediciones Pasado y Presente, Série Cuadernos de pasado y presente
- \_\_\_\_\_(1978). "Para una lectura de los 7 Ensayos". In: ARICÓ, José (org). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. Lima: Ediciones Pasado y Presente, Série Cuadernos de pasado y presente
- PCE(r). 2007. JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI. Disponível em <http://www.Antorcha.org>
- PERICÁS, Luiz B (2006). "Mariátegui e a questão da educação no Peru". Revista Lua Nova, n. 68.
- \_\_\_\_\_(2007) Mariátegui Sobre a Educação, introdução in Mariátegui Sobre a Educação Luiz Bernardo Pericás (org) São Paulo. Editora Xamã
- \_\_\_\_\_(2005) Do sonho às coisas: retratos subversivos, Introdução, in Do sonho às coisas: retratos subversivos, Luiz Bernardo Pericás (org) São Paulo.
- POULANTZAS, Nicos (1977). Poder político e classes sociais. São Paulo: Ed Martins Fontes.
- PORTANTIERO, J.F (1989). "O marxismo latino-americano" In: Hobsbawm, E. (org): História do Marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.11.
- POSADAS, M A (1978). "A propósito del artículo 'El populismo em el Peru' de V. Miroshévki". In: ARICÓ, José (org). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. Lima: Ediciones Pasado y Presente, Série Cuadernos de pasado y presente
- PRADO, Jorge. Del (1978). "Mariátegui, marxista-leninista, fundador del Partido Comunista Peruano" In: ARICÓ, José (org). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano. Lima: Ediciones Pasado y Presente, Série Cuadernos de pasado y presente

QUIJANO, Aníbal. (1991). Prólogo. In: Quijano, Anibal (org). José Carlos Mariátegui: Textos Básicos. Lima/México/Madrid: Fondo de Cultura Económico.

Textos Marxistas I,II,III,IV Congressos da III Internacional. Disponível em <http://br.geocities.com/ftqibl/classicos/index.htm>

SANTANA, Joaquim (2004). Gramsci e Mariátegui, Colección Pensadores Cubanos de hoy. Disponível em <http://www.filosofia.cu/contemp/index.htm>

TORRE, V.R. Haya de La (1994). "La realidad económico-social de América Latina" In: MARINI, Mauro Ruy & MILLIAN Mária (orgs). La teoría social Latinoamericana. Cidade do México: Ediciones El Caballito T.I

VALDIVIA, Eduardo Cáceres (1999). "Convite aos Sete Ensaio" Revista Teoria e Política, n.40.